



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**  
**CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO DE BACHAREL EM MUSEOLOGIA**

**ELIENE SILVA DE LIMA**

**MUSEALIZAÇÃO *IN SITU*: ESTUDO DE CASO DA ANTIGA**  
**IGREJA DA SÉ, SALVADOR - BAHIA**

Cachoeira  
2016

**ELIENE SILVA DE LIMA**

**MUSEALIZAÇÃO *IN SITU*: ESTUDO DE CASO DA ANTIGA  
IGREJA DA SÉ, SALVADOR - BAHIA**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Museologia do CAHL/UFRB - Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Orientador: Carlos Alberto Santos Costa

Cachoeira  
2016

ELIENE SILVA DE LIMA

MUSEALIZAÇÃO *IN SITU*: ESTUDO DE CASO  
DA ANTIGA IGREJA DA SÉ, SALVADOR - BAHIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Museologia.

Aprovado em 15 de fevereiro de 2016.

Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Carlos Alberto Santos Costa (orientador)  
Doutorado em Arqueologia – Universidade de Coimbra (Portugal)

  
Prof. Dr. Henry Luydy Abraham Fernandes (membro interno)  
Doutorado em Antropologia – Universidade Federal da Bahia

  
Bel. Aline Gomes dos Santos (membro externo)  
Graduação em Museologia – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## AGRADECIMENTOS

Extasiada de muitos sentimentos, muitas vezes, achei que este momento jamais chegaria. Uso este espaço para agradecer a todas as pessoas que fazem parte da minha vida e que de diversas maneiras contribuíram para minha formação acadêmica.

Agradeço a Deus pelo dom da vida e por ter me sustentado em todos os momentos desta jornada.

À minha mãe, mulher forte, guerreira, sábia, que soube desempenhar com maestria o papel de mãe e pai, estrela mais linda do meu céu. Agradeço por tudo e compartilho com você esta vitória.

Aos meus irmãos Alex e Michel, agradeço pelo incentivo e patrocínio dos meus estudos quando precisei.

Aos meus padrinhos, Antônio Costa (*in memoriam*) e Nilsete Costa, agradeço pelos ensinamentos e valores adquiridos na minha infância, os quais guardo na minha memória. A eles, a minha eterna gratidão.

Aos meus amigos fora da universidade, agradeço pelo companheirismo e compreensão pelas minhas ausências. Em especial, agradeço a Inaíze, Janice e Itamara.

Aos professores, agradeço pelo conhecimento compartilhado ao longo desses anos. Certamente, levo comigo valores de cada um. Em especial, agradeço a Fabiana Comerlato, Luydy Abraham e Patrícia Santos.

Ao meu orientador, Carlos Costa, por ter aceitado o convite para orientação e contribuir com suas habilidades acadêmicas para esta pesquisa. Agradeço pela oportunidade por ter sido sua bolsista durante toda a minha graduação. Quem dera eu ser semelhante quando “crescer”.

Aos colegas de turma, agradeço pelo companheirismo nessa etapa de minha vida. Vivi momentos maravilhosos com todos e os guardo no melhor lugar do meu coração. Em especial, agradeço a Tia Aline, Renata Sodré, Júlia Santana e Anderson Ferreira, pela parceria nas apresentações de trabalhos em equipe.

A todos os integrantes do grupo Recôncavo Arqueológico, agradeço pelas experiências compartilhadas.

À equipe do Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA), agradeço por ter aberto as portas e me permitido vivenciar seu

cotidiano e desafios diários, contribuindo de maneira ímpar na minha formação. Faço um agradecimento em especial a Cláudio Pereira (diretor do Museu), Marcos Passos (Museólogo), Mara Vasconcelos (Restauradora/Conservadora) e Tainã Moura (Arqueóloga) pelas contribuições nesta pesquisa. Sem vocês tudo se tornaria difícil.

À Joana Flores, flor que encanta a museologia, nossas conversas me fazem ver além do que aprendi em sala de aula.

À Clarissa Wetzel, que foi chegando de mansinho e conquistou um lugar especial na minha vida, agradeço por tudo.

À Naiara Santana, Fabiane Lima, Débora Kaldas e Caroline Pereira, agradeço pelo incentivo e ombro quando o peso das dificuldades e lutas, muitas vezes, me fizeram pensar em desistir.

A lury, o meu mais profundo agradecimento pela sua presença na minha vida. Suas palavras de entusiasmo alegam meu coração.

A explosão de sentimentos, que vivo neste momento certamente me fez esquecer de muitas pessoas que contribuíram com esta pesquisa. Por isso, me perdoem.

Por fim, obrigada!

Cachoeira, verão de 2016.

Eliene Silva de Lima

Quão grande é o meu Deus  
Cantarei quão grande é o meu Deus  
E todos hão de ver  
Quão grande é o meu Deus  
Por gerações Ele é  
O tempo está em Tuas mãos  
O começo e o fim, o começo e o fim  
Três se formam em um  
Filho, Espírito e Pai  
Cordeiro e Leão, Cordeiro e Leão

(Trecho da música, *Quão Grande é o meu Deus*)

LIMA, Eliene Silva de. Musealização *In situ*: estudo de caso da antiga Igreja da Sé de Salvador - Bahia. 76 f. il. 2016. Monografia (Graduação) – Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2016.

## RESUMO

O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar, sob a perspectiva da comunicação museológica, a musealização *in situ* do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé, feita através da exposição dos seus remanescentes arqueológicos, especialmente os alicerces, expostos na praça pública. O referido sítio localiza-se no centro histórico da cidade de Salvador, Bahia. Para alcançar este objetivo, a pesquisa se divide em três momentos. No primeiro, fazemos um preâmbulo histórico sobre a cidade de Salvador, da Igreja da Sé. No segundo momento, transitamos nos conceitos relacionados à comunicação museológica, que dará sustentação às observações que se seguirão. E, por fim, no terceiro capítulo, analisamos os remanescentes arqueológicos expostos na praça. Ao longo desse percurso monográfico buscamos criar um corpo de informações que nos permita compreender como é feita a comunicação dos remanescentes arqueológicos da antiga Igreja da Sé.

**Palavras-chave:** Comunicação museológica, musealização *in situ*, antiga Igreja da Sé, Praça da Sé, sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fachada da Igreja da Sé em 1928. É possível observar a passagem suspensa entre a igreja e o Palácio Arquiepiscopal e seu aparente abandono. ....	16
Figura 2 - Interior da Igreja da Sé, tomada no sentido altar-mor/fachada. ....	16
Figura 3 - Entrada da sala de exposição do MAE/UFBA onde se apresentam os vestígios móveis da antiga Igreja da Sé. ....	24
Figura 4 - Interior da sala de exposição do MAE/UFBA onde se apresentam os vestígios móveis da antiga Igreja da Sé. ....	25
Figura 5 - Mapa da Praça da Sé de Salvador, Bahia .....	40
Figura 6 - Inserção da igreja na malha urbana do atual Centro Histórico de Salvador .....	41
Figura 7 - Planta baixa da igreja e sua inserção em parte da malha urbana da Praça da Sé. ....	42
Figura 8 - Planta Baixa do pavimento térreo da antiga Igreja da Sé com a representação das áreas de escavação arqueológica .....	43
Figura 9 – Vista do setor A feita a partir do Museu da Misericórdia. ....	44
Figura 10 - Vista aérea do setor B feita a partir do Edifício Themis. ....	45
Figura 11 - Vista aérea do setor C feita a partir do Edifício Themis. ....	45
Figura 12 - Vista aérea do setor D feita a partir do Edifício Themis .....	46
Figura 13 - Detalhe de parte do calçamento (piso) da Praça D. Isabel. ....	47
Figura 14 - Piso da Praça Dona Isabel.....	48
Figura 15 - Parte da Praça Dona Isabel, tendo à esquerda, em amarelo, a fileira de bancos, e, em vermelho, passadiço de ligação entre a Igreja da Sé e o Palácio Arquiepiscopal. Área correspondente ao Setor F-II.....	49
Figura 16 - Vestígio arqueológico do banco da Praça Dona Isabel.....	50
Figura 17 - Foto da lateral do prédio arquiepiscopal feita a partir do Edifício Themis. ....	51
Figura 18 - Placa sobre a árvore. ....	51
Figura 19 - Placa informativa sobre o adro da igreja.....	53
Figura 20 - Placa explicando o adro da Sé. ....	53
Figura 21 - Estado de conservação das placas.....	54
Figura 22 - Banco da Praça Dona Isabel que ficava à frente da igreja. ....	55

Figura 23 - Localização da placa sobre os trabalhos de arqueologia.....	56
Figura 24 - Placa sobre os trabalhos de arqueologia. ....	57
Figura 25 - Placa de inauguração da Praça da Sé.....	58
Figura 26 - Foto aérea do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé feita a partir do Edifício Themis.....	59
Figura 27 - Planta baixa do pavimento térreo da antiga Igreja da Sé.....	59
Figura 28 - Manutenção do sítio da antiga Igreja da Sé no Setor D.....	61
Figura 29 - Trecho do piso da Praça Dona Isabel. ....	61
Figura 30 - Barraca de comida em frente a uma área escavada e exposta. ....	62
Figura 31 - Banheiros públicos entre áreas escavadas.....	63

## LISTA DE ABREVIATURAS

CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
IPAC	Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
MAE	Museu de Arqueologia e Etnologia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.
ONU	Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1. ASPECTOS DO CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR E DA IGREJA DA SÉ</b> .....	<b>14</b>
1.1. IMPLANTAÇÃO DA IGREJA DA SÉ: ALGUNS ASPECTOS.....	15
1.2. A PRAÇA DA SÉ E SUAS MUDANÇAS .....	21
<b>2. ASPECTOS CONCEITUAIS DA MUSEALIZAÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: DESAFIOS DA EXTROVERSÃO</b> .....	<b>26</b>
2.1. MUSEALIZAÇÃO.....	27
2.2. COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA .....	29
2.3. EXPOSIÇÃO.....	30
2.4. MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO .....	33
<b>3. ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA ANTIGA IGREJA DA SÉ</b> .....	<b>39</b>
3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS VESTÍGIOS E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DA ANTIGA IGREJA DA SÉ.....	41
3.2. SOLUÇÕES ARQUITETÔNICAS .....	52
3.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES: RECURSOS EXPOGRÁFICOS .....	52
3.4. PRESERVAÇÃO: UM ATRIBUTO DA MUSEALIZAÇÃO.....	60
3.5. USO NO PERÍMETRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO .....	62
3.6. DISCUSSÃO DOS DADOS.....	64
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>68</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

Pensar em praça já nos remete a lugar de passagem, convivência, encontros e desencontros. Ampliar essa compreensão para uma praça carregada de história como é a Praça da Sé de Salvador, espaço que tem relação direta com a expansão da malha urbana da cidade, nos leva a questionar sobre os desafios de musealizar o patrimônio existente em seu espaço para se manter compreensível e, assim, se tornar documento, ou melhor, detentor e passível de passar informações.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a musealização do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé, localizado no centro histórico de Salvador, Bahia, sob a perspectiva da comunicação museológica. Baseada em Marília Xavier Cury, compreendemos que a musealização consiste em ações de aquisição, documentação, conservação, comunicação e pesquisa sobre os objetos, com a finalidade da extroversão do conhecimento e possibilitando preservação dos objetos e espaços culturais (CURY, 2005, p. 26).

Ampliando esse processo de musealização para lugares, musealizar *in situ* visa diminuir os impactos sobre os vestígios arqueológicos, apresentando-os ao público em seu local de origem. Nesse sentido, essa apresentação tem o objetivo de transmitir informações que sirvam para o entendimento de um determinado contexto que, no caso de nossa pesquisa, são remanescentes arqueológicos da antiga Igreja da Sé de Salvador, para os quais podemos considerá-los como testemunho das mudanças ocorridas na cidade.

O interesse em discutir musealização *in situ* vem das aulas da disciplina *Introdução à Arqueologia*, ministrada pela professora Fabiana Comerlato. A vontade de aplicar as observações no sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé surgiu durante o estágio voluntário realizado pela autora dessas linhas no Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre o segundo semestre de 2014 ao início de 2015.

A passagem semanal pela Praça da Sé, em direção ao museu, permitiu observar as estruturas arqueológicas expostas e levou a diversos questionamentos sobre esse contexto, pois, não conseguíamos compreender

aquele espaço como sítio arqueológico musealizado. Dessa forma, decidimos empenhar esforços para realizar uma pesquisa que buscasse essa compreensão.

Para tanto, utilizou-se como metodologia o levantamento, cruzamento e análise de fontes bibliográficas e dados referentes às escavações arqueológicas na Praça da Sé: os relatórios de intervenção arqueológica produzidos pela equipe, na ocasião atuante no MAE/UFBA, instituição que hoje salvaguarda todo o acervo móvel coletado nas escavações; o registro fotográfico; e a entrevista com o professor Carlos Alberto Etchevarne, coordenador da equipe de arqueologia que realizou as escavações arqueológicas que resultaram na exposição dos remanescentes da igreja, hoje vistos na praça, que passa a ser o objeto de estudo desta pesquisa.

Já para induzir a observação do leitor, iniciamos questionando: a musealização *in situ* do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé permite compreender o que se encontra exposto? Este será o questionamento que vai nortear a presente pesquisa.

Para alcançar o objetivo da pesquisa, a presente monografia foi estruturada em três capítulos. No primeiro, é apresentado um breve contexto histórico da cidade de Salvador, Bahia, o processo de implantação da Igreja da Sé e sua trajetória até a sua demolição em 1933, bem como, uma descrição sucinta das reformulações que a Praça da Sé sofreu antes das intervenções arqueológicas, e uma síntese dos acontecimentos, que resultaram nas escavações do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé.

No segundo capítulo, são discutidos os conceitos de musealização, comunicação museológica, reflexões sobre exposição museológica e musealização do patrimônio arqueológico. Esses conceitos permitiram a compreensão da musealização *in situ* dos vestígios arqueológicos deixados em evidência na última reformulação da Praça da Sé, entre os anos de 1998 a 2003.

Os conceitos tratados no segundo capítulo servirão de base para o terceiro capítulo, quando realizamos a análise da exposição *in situ* dos vestígios arqueológicos da antiga Igreja da Sé. Aqui, buscaremos contextualizar os vestígios com a escavação arqueológica, com as

observações que fizemos em campo, além de confrontar esses dados com a entrevista com o professor Carlos Etchevarne.

Nas considerações finais, revistamos os dados que apresentamos ao longo da pesquisa, fizemos algumas sugestões para o aproveitamento das potencialidades do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé.

## 1. ASPECTOS DO CONTEXTO HISTÓRICO DA CIDADE DE SALVADOR E DA IGREJA DA SÉ

São Salvador da Baía de Todos os Santos, atualmente Salvador, primeira capital do Brasil, desde sua fundação em 1549, desempenhou forte influência e domínio no cenário político, religioso, cultural e social do Brasil, sendo criada para ser sede do governo geral do país.

Segundo Carlos Costa, a criação do governo geral foi uma estratégia política do governo português para manter o domínio sobre a nova colônia, protegendo-a da “cobiça de outras potências” européias (COSTA, 2011, p. 57). Para tal empreitada, bem como sustentar os interesses comerciais e marítimos lusitanos, criou-se um aparato de controle administrativo, militar e religioso, além de mecanismos para usufruir economicamente da nova posse.

No início de sua criação, a cidade fortaleza, como era chamada Salvador, tinha um traçado com influência medieval, utilizando elevações e depressões geográficas com muitas fortificações, representando a preocupação da coroa portuguesa com a defesa do território. Discutindo o traçado da cidade de Salvador nos primeiros momentos de sua fundação, Luiz Tavares, baseado nas ideias do cronista Gabriel Soares de Souza, descreve:

A cidade do Salvador de 1583/84 com duas praças, a da Casa dos Governadores e a do Terreiro de Jesus, e três ruas que as ligavam à Igreja da Sé, continuando-se até o Terreiro. A que se estendia à direita alcançava o Mosteiro de São Bento em Construção. Nesse conjunto estreito ficava a cidade. Destacavam-se os prédios da Vereança, do Governo, da Alfândega, do Colégio dos Padres Jesuítas e as igrejas da Ajuda e da Sé (TAVARES, 2008, p.121).

A cidade de Salvador foi construída em dois níveis: “cidade alta” que abrigava as residências, centro político, administrativo e religioso e a “cidade baixa”, dominado por armazéns e atividades portuárias. Este projeto de cidade, com uma parte alta e outra baixa, era amplamente utilizado em Portugal e assemelhava-se a cidades como Porto e Lisboa. Além disso, como ainda nos demonstra Luiz Tavares, guardava outras características próprias:

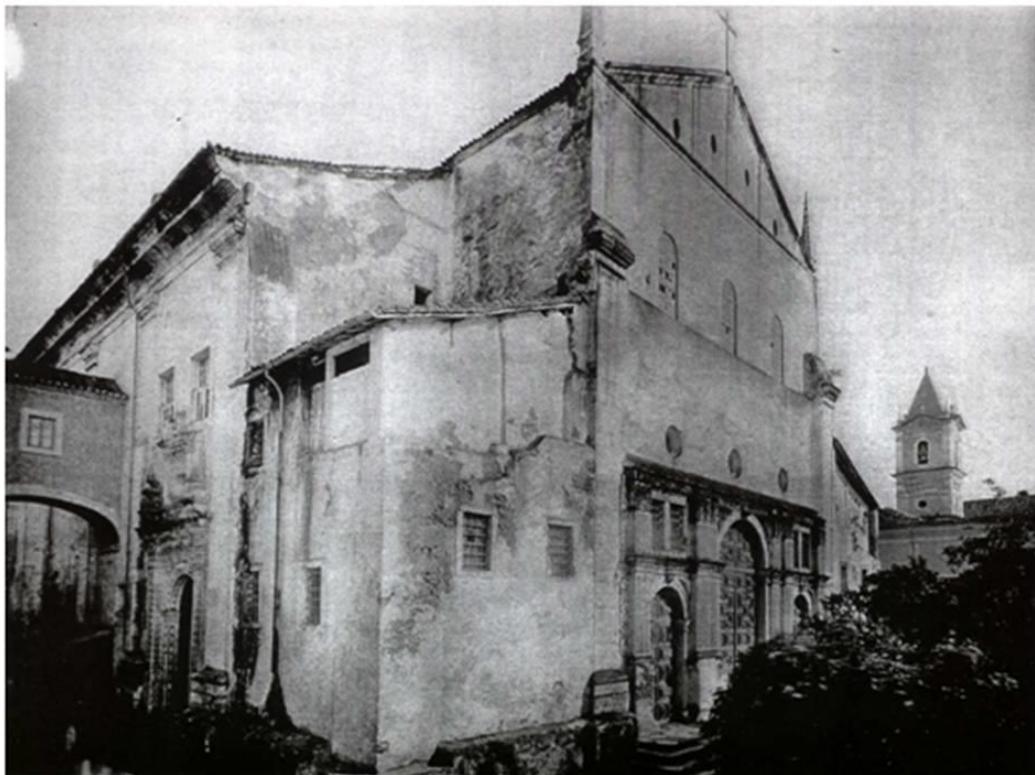
No traçado mais antigo, a cidade possuía uma praça quadrada, onde estavam a Casa dos Governadores e a Casa da Vereança. Daí partiam as ruas longitudinais: Direita do Palácio ou dos Mercadores (atual rua Chile) e rua da Ajuda e as ruas Transversais do Tira Chapéus e das Vassouras [...] (TAVARES, 2008, p.121).

A urbanização da cidade propiciou a criação de freguesias, que correspondem a divisões administrativas e religiosas da cidade, dentre as quais a mais antiga, criada em 1552, é a freguesia da Sé, situada no núcleo mais antigo da cidade de Salvador. Sobre sua composição:

A estrutura da Freguesia da Sé foi constituída com os prédios que ainda hoje conhecemos, como a Igreja de São Pedro dos Clérigos, o Templo da Sé Catedral, a Santa Casa de Misericórdia, o Convento de São Francisco, a Ordem 3ª de São Francisco e de Santa Isabel, a Capela de São Miguel, a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, a Ordem 3ª de São Domingos, a igreja dos antigos padres da Companhia de Jesus (PASSOS, 2014, p. 77).

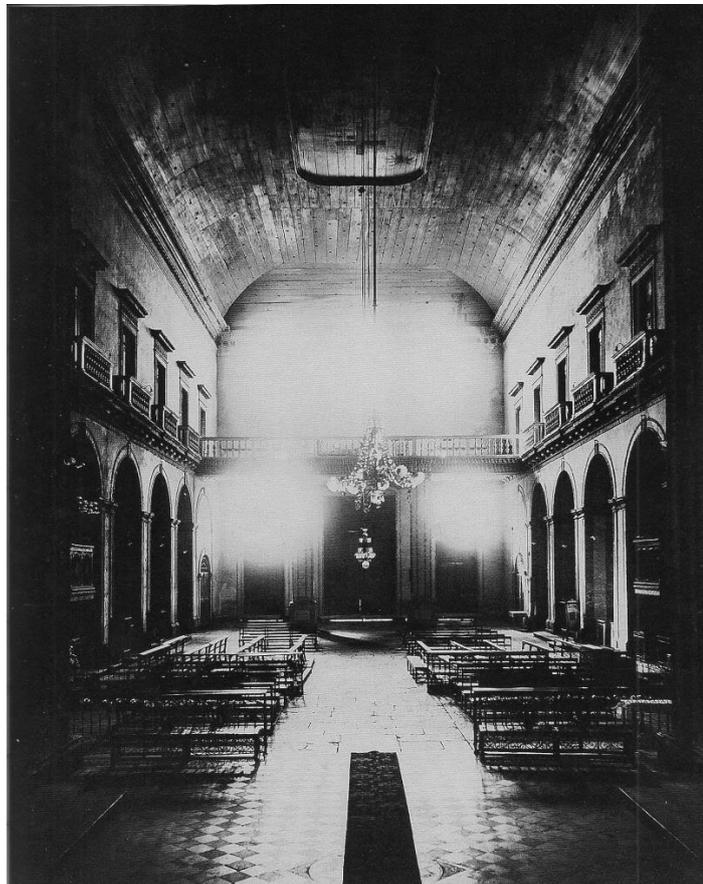
### **1.1. IMPLANTAÇÃO DA IGREJA DA SÉ: ALGUNS ASPECTOS**

A partir de agora abordaremos alguns aspectos do início da supremacia católica no território baiano e alguns pontos da implantação do edifício da Igreja da Sé, primeira Catedral de Salvador, que foi demolida em 1933. Depois disso, a área que compreendia a igreja ficou conhecida como Praça da Sé, sendo o espaço que abriga o objeto de estudo deste trabalho.



**Figura 1** - Fachada da Igreja da Sé em 1928. É possível observar a passagem suspensa entre a igreja e o Palácio Arquiepiscopal e seu aparente abandono.

**Fonte:** SANTOS apud ETCHEVARNE; PALERMO NETO; SOUSA, 1999, p.6.



**Figura 2** - Interior da Igreja da Sé, tomada no sentido altar-mor/fachada.

**Fonte:** Peres 2009, p.116.

Para fortalecer a aproximação do poder real ao poder religioso e assim estreitar os laços, Tomé de Souza e sua comitiva ergueram locais de oração, como diz Fernando Peres: “Na Cidade Baixa, a primitiva Igreja da Conceição da Praia e, na parte alta, dentro da cidadela, a primeira Sé, feita de taipa e coberta de palha” (PERES, 2009, p. 81). Cabe salientar que essa Sé, que se refere Peres, corresponde a uma pequena igreja possivelmente construída onde hoje se encontra a igreja da Ajuda, no Pelourinho, não a Sé que trataremos ao longo desta pesquisa. Foram muitas as edificações construídas na implantação da cidade. Acerca desse aspecto, Fernando da Rocha Peres ainda nos informa:

A criação da diocese da Bahia, em 1551, implicou na vinda do primeiro arcebispo – D. Pero Fernandes Sardinha, em 1552 – e na nomeação dos demais cargos do bispado que deveriam ser exercidos na respectiva Sé. Tal fato ocasionou a construção de uma nova edificação, maior e com capacidade de atender as necessidades dessa nova estrutura religiosa / administrativa. Para tanto, ainda em 1551, o rei Dom João III, recomendava ao Governador Geral do Brasil que as obras da dita Sé fossem realizadas com a maior brevidade possível, de modo a permitir que os Ofícios Divinos pudessem ser nela celebrados (PERES, 1999, p.66).

Foi nesse contexto histórico que surgiu a Sé primacial, de pedra e cal, na cidade de Salvador, já no espaço em que a localizamos hoje na Praça da Sé, para representar e legitimar a força máxima da religião católica no Brasil colônia. Sobre o tempo que levou para ser construída, ainda nas palavras de Peres, podemos salientar que:

Não iremos aqui insistir no estabelecimento de datas extremas para o início e o término da “fabrica” da Sé baiana, pois não é esse o nosso tema de trabalho, mas não custará lembrar que a construção de uma igreja no Brasil, mormente nos séculos XVI e XVII, sempre redundou em obra bastante complexa, demorada e cara, se levarmos em conta não só a edificação da estrutura, mas, também, o acabamento dos seus espaços interiores com o recheio da talha, etc. Não seria no Brasil colônia que iríamos fugir a uma regra quase geral de que as construções de igrejas – sedes, de templos principais, de catedrais, mesmo modestas como a nossa, se comparada com as da Europa, arrastam – se anos a fio e até por séculos, [...] (PERES, 2009, p.85).

Para atender as demandas da cidade que crescia e também ser palco das festas e procissões dos santos da tradição católica, era necessário que se

construísse um templo digno e imponente, e foi nessa perspectiva que a Igreja da Sé foi edificada. Assim:

A Sé foi instalada na parte alta da cidade, com a fachada voltada para a Baía de Todos os Santos. Isto é, foi estrategicamente posicionada para receber os navegantes que a esta cidade chegavam. Através da monumentalidade arquitetônica e dos fatores topográficos de sua localização, a igreja emergiu, mais elevada que os outros prédios, em um contexto urbano hierarquizado. Dessa forma, o próprio prédio transmitia a força hegemônica da ideologia religiosa, alertando a quem chegava por mar que entrava no domínio de um reino católico (COSTA, 2011, p.60).

Desde a sua idealização e implantação em 1552 até a sua demolição em 1933, a Igreja da Sé ficou envolvida num cenário de conflitos e interesses, tendo uma grande jornada durante os 381 anos que esteve de pé. Mencionaremos apenas alguns conflitos: a igreja sofreu com os bombardeios da invasão holandesa em 1624, perdendo suas torres; em 1626 passa por uma restauração, por estar localizada nos limites da encosta associada ao peso excessivo de sua fachada que provocou problemas estruturais; em 1760, os jesuítas são expulsos da cidade e suas instalações são ocupadas provisoriamente como Catedral Metropolitana, fazendo com que a Sé perdesse seu posto, restando à antiga Sé o cuidado da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, que realizou durante o século XIX diversas obras de reparação na antiga catedral (COSTA, 2011; PERES; 1999).

Além de sofrer com alterações na sua estética, como afirma Fernando Peres:

Este desmonte de frontaria da Igreja da Sé e a delapidação das suas pedras foi um sério e irrecuperável atentado contra sua integridade estética, não ocorrendo depois, até o século XX, até a sua demolição total, aquilo que Vilhena aventou, o seu refazimento ou reedificação (PERES, 1999, p.85).

Devido às diversas intervenções na Igreja da Sé, a sua demolição começou a ser pensada a partir das reformas urbanistas do governo de J.J. Seabra, com o objetivo de tornar a cidade mais fluída e moderna e, assim, atender as necessidades da população que crescia. Dessa maneira:

Anos mais tarde, foram propostos planos de reurbanização de Salvador, especialmente no que se refere às vias de circulação necessárias ao novo trânsito que surgia: ruas eram alargadas, outras traçadas de forma retilínea e prédios coloniais eram demolidos com o objetivo de dar lugar ao crescente fluxo de veículos automotores, públicos e privados. A pretensão de instalar uma linha de bonde da Rua da Misericórdia até o Terreiro de Jesus, atravessando o local da igreja, selou para sempre o destino desta. Os debates e negociações em torno da demolição do templo tiveram início no governo de J. J. Seabra, mas não se concretizou a derrubada. Novas discussões entre a Arquidiocese, a Prefeitura e a Companhia Linha Circular de Carris da Bahia vieram à tona, dessa vez de forma mais contundente, quando foram retomadas as tratativas para a demolição (COSTA, 2011, p.72).

A partir desse projeto começa um dos “maiores” dramas que a então cidade de São Salvador enfrentaria: demolir um dos principais prédios de cunho religioso e, assim, modificar a paisagem de uma das áreas que concentrava as funções básicas – política, administrativa e religiosa – numa sociedade. Segundo Carlos Costa:

Os protestos de diversos setores da cidade fizeram-se sentir. Alçaram a voz, clamando pela permanência do edifício através da imprensa, documentos, manifestos e folhetos, as irmandades (em especial a do Santíssimo Sacramento), as instituições culturais (como o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia), intelectuais, artistas e uma parte da sociedade soteropolitana [...] (COSTA, 2011, p.73).

Entre o projeto elaborado no governo de J.J. Seabra, em 1912, até a demolição da Igreja da Sé, em 1933, a cidade ficou dividida entre demolir ou não. No entanto, prevaleceu a força de quem detinha os recursos financeiros, a concessionária estrangeira de energia elétrica e transportes urbanos, a maior interessada na demolição da igreja. De acordo com Costa:

A pressão da Companhia Linha Circular de Carris da Bahia, a conveniência para a igreja e o espírito de modernização que pairava na administração da cidade, assim como em certos círculos políticos e intelectuais, se acentuaram de tal forma que, em 1933, foi assinada a escritura pública de expropriação da Sé, permitindo à prefeitura tomar posse do prédio. [...] (COSTA, 2011, p.73).

Os percalços sofridos pela antiga Catedral, que aos poucos foi se degradando fisicamente pelo descaso das autoridades competentes e pela ação do tempo, permitiram que o templo ficasse com a aparência de prédio inacabado, o que favorecia o seu desmonte. Como afirma Fernando Peres:

[...] nesses 21 anos, os que se empenharam pela remoção do 'trambolho', sob o pretexto - eterno pretexto – de solução aos problemas de tráfego, pareciam completamente alheios ao valor histórico da Sé, mandada construir de 'pedra e cal' por Mem de Sá, como também se mostravam indiferentes á beleza artística da igreja venerável. Um dos argumentos invocados era sempre a questão estética, isto é, a Sé tinha que desaparecer porque era feia (PERES, 1999, p.17).

Essa série de melhoramentos proposto pelo governo, nas áreas antigas de Salvador, defendendo a derrubada dos monumentos históricos para facilitar o alargamento das ruas e melhorar as questões de insalubridade da cidade, resultou na demolição da Sé e dois quarteirões oitocentistas.

As cidades, alta e baixa, integrantes de um complexo centro de atividades desenvolvidas há vários séculos irão passar por mudanças bruscas em suas estruturas físicas. A queda do antigo casario, e até de monumentos, para a abertura de "avenidas" a conquista de novos espaços ao mar, para alargamento da faixa compreendida na zona portuária, vai ser a preocupação dos "polithecnicos" do urbanismo. De resto a palavra de ordem é demolir o passado, e para isto a cidade fundada por Tomé de Souza é um excelente cenário e oferece vantajosas oportunidades de trabalho (PERES, 1999, p.37).

A representatividade da antiga Igreja da Sé, seu significado e participação na vida cultural da sociedade baiana, não podem ser deixados de citar, como afirma Fernando Peres, "A Igreja da Sé abrigou, com o seu arcabouço grave e solene, a posse de todos os governadores, bispos e arcebispos do Brasil Colônia" (PERES, 1999, p. 92).

Mesmo diante de tantas discussões, manifestos e lutas para que a Igreja da Sé e os quarteirões oitocentistas não fossem demolidos, bem como, ante às propostas de adaptações que não atrapalhassem os interesses econômicos da companhia circular de bondes, a derrocada física da Igreja da Sé começa a acontecer em 21 de agosto de 1933. Sabe-se que o acervo existente na Sé foi distribuído de forma pouco controlada, como nos informa Peres:

Em todo caso, temos a certeza de que um bom número de remanescentes da "fabrica" do século XVII foi parar na atual Catedral, antiga igreja do Colégio dos Jesuítas, outro tanto figura, por empréstimo, na coleção do Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia, e o resto dispersou-se por aí...com os antiquários e colecionadores da Bahia e do país (PERES, 2009, p. 200).

Nada do que foi feito durante os 21 anos de lutas para a permanência da igreja foi suficiente para garantir a integridade e conservação de um dos mais representativos prédios religiosos do centro histórico de Salvador, ocasionando a sua demolição e dando vez ao progresso proposto pela classe que defendia a derrubada.

E foi no governo municipal do engenheiro José Americano da Costa (1932-1937) que a Sé foi demolida.

Após a demolição do prédio da Sé, deveria ser colocado na área um marco que simbolizasse a existência pretérita do templo, como rezava a Escritura pública de expropriação da Igreja da Sé: “O Município colocará na área ocupada pela Igreja um marco ou sinal religioso comemorativo de sua existência naquele Local. Efetivamente, a prefeitura municipal, conforme compromisso assumido com a arquidiocese, colocou ali um busto de bronze de Dom Pero Fernandes Sardinha. A partir desse momento, o espaço liberado pela demolição do templo e dos quarteirões residenciais passou a ser chamado Praça da Sé (SANTOS *apud* COSTA, 2011, p. 74).

## 1.2 A PRAÇA DA SÉ E SUAS MUDANÇAS

Depois da demolição da Igreja da Sé em 1933, a então Praça da Sé começa a existir, passando por diversas intervenções no seu traçado e no seu uso, por causa dos ideais de modernidade trazidos com a chegada do século XX, acarretando na substituição do “velho” pelo “novo” patrimônio. Carlos Costa destaca as cinco principais mudanças ocorridas no local:

[...] 1934, com sua construção e projeção de linhas de bonde que só existiu até 1940; em 1960 conversão do espaço em estacionamento de carros e terminal de ônibus; 1982 transformação em praça em espaço de pedestre e remodelação do estacionamento de carros; 1986 reintegração dos terminais de ônibus e mudança do espaço de estacionamento; 1998/2003 remodelação total e conversão da Praça em atrativo público [...] (COSTA, 2005, p.348).

As mudanças ocorridas na Praça da Sé durante os séculos XX e XXI tinham como objetivo adequar o espaço às necessidades da população da cidade, favorecendo melhores condições nas questões de mobilidade, como já foi citado. Apesar de todas essas intervenções que a Praça da Sé passou após

a demolição da igreja, as próximas abordagens desta pesquisa são centradas na última remodelação do local, ocorrida a partir de 1998, na mesma época que os governantes da cidade, do estado e do país mobilizavam-se para as comemorações de suas fundações, a saber: 500 anos do Brasil, comemorado no ano 2000, e 450 anos de Salvador, comemorado em 1999.

Seguindo o projeto do arquiteto Assis Reis, cujo objetivo era tornar a praça um atrativo público urbano e, de forma secundária, resgatar a memória dos edifícios demolidos (Igreja da Sé, quarteirões oitocentistas e Colégio dos Jesuítas), nos esclarece Costa:

[...] de projeto do famoso Arquiteto Assis Reis, para a Praça da Sé foi proposta uma reformulação imensa no espaço urbano e, sobretudo, a mudança da funcionalidade do local. Neste processo de reconstrução novos elementos foram integrados: o belvedere (Boa Vista), caracterizado como uma área de mirante para a cidade baixa; a Cruz Caída, monumento de Mário Cravo em homenagem a demolição da Sé; a cafeteria [atual Memorial das Baianas], criando condições de parada e descanso aos visitantes; as estátuas monumentos do primeiro bispo do Brasil (Bispo Sardinha) e do primeiro Governador Geral do Brasil (Thomé de Sousa)<sup>1</sup>; a fonte cibernética associada a um grande banco em forma de cruz de Cristo; e a exposição de ruínas da antiga Igreja da Sé (1552-1933), do Colégio dos Jesuítas (1549-1801) e da Praça Dona Isabel (1860-1933) [...] (COSTA, 2005, p. 349).

Além disso, esse projeto tinha como principal finalidade convergir a área em espaço de contemplação, vivência e permanência dos moradores, comerciantes e visitantes que circulavam, e ainda circulam pelo centro histórico de Salvador, oferecendo atrativos que permitissem essas ações, trazendo um novo significado e uso ao núcleo mais antigo da cidade.

Sobre a execução dessa remodelação da praça, o referido projeto foi submetido ao IPHAN, que só permitiu o início das obras com a realização de escavações arqueológicas na área que compreendia a antiga Igreja da Sé, o que possibilitou uma parceria com uma equipe de profissionais e instituições voltadas à pesquisa, comunicação e preservação do patrimônio, como descreve o relatório da primeira etapa de intervenções arqueológicas:

---

<sup>1</sup> Atualmente a estátua de Thomé de Souza não se encontra mais na Praça da Sé. Ela foi transladada para a Praça do Governador, também no Pelourinho. No local onde ela se localizava foi colocada a estátua de Zumbi dos Palmares.

Em julho de 1998, foi celebrado um convênio de cooperação técnica e financeira entre a Fundação Mário Leal Ferreira - FMLF (associada à Prefeitura) e a Associação dos Amigos do Museu de Arqueologia e Etnologia (vinculada à UFBA) para a realização de pesquisa histórico-cultural, prospecções e escavações que visavam evidenciar as estruturas de alicerces da antiga Igreja da Sé. Com o desenvolvimento dos trabalhos e a avaliação das áreas a serem expostas dentro do projeto de parquização e monumentalização da Praça da Sé, [...] (ETCHEVARNE; PALERMO NETO; SOUSA, 1999, p.7).

Podemos citar, que entre o projeto inicial e a sua execução, alguns ajustes foram necessários para que não comprometessem o contexto arqueológico do solo da praça, impondo o projeto arquitetônico aos contextos arqueológicos que iam sendo evidenciados, a saber, como informa o relatório final da segunda etapa do plano de intervenção 2000-2001:

A pesquisa desenvolvida na atual Praça da Sé, iniciada em 1998, esteve, a princípio, voltada para a exposição dos alicerces pertencentes à antiga igreja, demolida em 1933. Entretanto, com o decorrer dos trabalhos, as áreas de intervenção foram expandidas visando liberar outros pontos da praça para as obras de engenharia, responsáveis pela reestruturação daquele espaço público. Neste intuito, duas novas áreas foram incorporadas ao plano de intervenção original, uma delas associada ao complexo da igreja - o seu adro – e, uma segunda, relacionada ao espaço onde, ainda no século XVI, foi construída uma das alas do antigo Colégio dos Jesuítas, mais afastado da Igreja da Sé [...] (ETCHEVARNE; PALERMO NETO; SOUSA, 2001, p.9).

É sobre a exposição dos alicerces, objeto principal desta pesquisa monográfica, para a qual foi realizada a sua “parquização e monumentalização” na Praça da Sé, que iremos nos concentrar nos próximos capítulos, e sobre a conservação dos alicerces, destacamos essa informação:

Quanto aos alicerces evidenciados, que ficarão expostos, devidamente cercados, foram protegidos do intemperismo por um procedimento de consolidação à base de um Polímero Acrílico (Primal AC-630) e algicidas (BHT). A assepsia, impermeabilização e fixação dos materiais construtivos foi realizada por integrantes da equipe do Professor Mario Mendonça, da Faculdade de Arquitetura da UFBA, responsável pelo Núcleo de Tecnologia da Preservação e da Restauração/UFBA. (ETCHEVARNE; PALERMO NETO; SOUSA, 2001, p. 106).

Fazem parte do contexto arqueológico da Praça da Sé três sítios: a antiga Igreja da Sé, o Pátio dos Estudos Gerais do antigo Colégio dos Jesuítas e a

Praça Dona Isabel. No entanto, para objeto de estudo nesta pesquisa será delimitada área que compreende a antiga Igreja da Sé e seu adro, que correspondia a Praça Dona Isabel.

Os objetos coletados nas escavações arqueológicas estão sob a guarda do Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade Federal da Bahia (MAE/UFBA), que fica localizado no Terreiro de Jesus no subsolo do Prédio da Antiga Faculdade de Medicina da UFBA, no Pelourinho. Compõem o acervo móvel: moedas, fragmentos de utensílios domésticos, adornos corporais, cachimbos, cerâmicas diversas, faiança portuguesa e materiais construtivos, além de esqueletos humanos, que ficam em uma reserva técnica fora das dependências do museu.



**Figura 3** - Entrada da sala de exposição do MAE/UFBA onde se apresentam os vestígios móveis da antiga Igreja da Sé.  
**Foto:** Eliene Lima, 2016.



**Figura 4** - Interior da sala de exposição do MAE/UFBA onde se apresentam os vestígios móveis da antiga Igreja da Sé.

**Foto:** Eliene Lima, 2016.

As abordagens deste capítulo propiciam a compreensão da relevância histórica da antiga Igreja da Sé para a cidade de Salvador, Bahia, e, por consequência, do sítio arqueológico.

## **2. ASPECTOS CONCEITUAIS DA MUSEALIZAÇÃO AO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO: DESAFIOS DA EXTROVERSÃO**

Neste capítulo, utilizou-se como subsídio, a literatura produzida por autores que trabalham com musealização, comunicação museológica e musealização do patrimônio arqueológico, a fim de entender quais são os princípios que norteiam suas ações dentro dos procedimentos museológicos.

Essa abordagem teórica permitirá a análise da musealização do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé, sob a perspectiva da comunicação museológica, trazendo elementos conceituais que fundamentem a análise do sítio. Nesse sentido, para o início do diálogo com a literatura, ressaltamos que, de acordo com a nossa ótica, os pilares de atuação da museologia são: pesquisa, comunicação e preservação do patrimônio.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1998, no artigo 216, o patrimônio cultural pode ser compreendido como:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – Formas de expressão; II – Os modos de criar, fazer e viver; III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Compreendemos que a preservação dos bens listados na Constituição só poderia ser realizada se amparada por uma parceria entre o poder público e a comunidade em geral, com a finalidade de proteger/preservar o patrimônio cultural brasileiro para que as gerações futuras conheçam sua trajetória através do patrimônio.

## 2.1. MUSEALIZAÇÃO

A musealização se constitui como processo longo que começa pela seleção do objeto e segue em ações como aquisição, conservação, pesquisa, documentação e comunicação; ações essas que permitem a captação das informações existentes nos objetos e com isso transformá-los em documentos.

Segundo Marília Xavier Cury, a musealização se apresenta como processo capaz de possibilitar a extroversão do conhecimento (CURY, 2005, p.26). Ainda sobre essa discussão, segundo o guia *Conceitos chave de museologia*, editado por André Desvallées e François Mairesse, do ponto de vista museológico, a musealização pode ser compreendida como:

[...] a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal (DESVALLÉS & MAIRESSE, 2013, p.57).

Seguindo essa linha de argumentações, Desvallés & Mairesse ainda complementam:

A musealização ultrapassa a lógica única da coleção para estar inscrita em uma tradição que repousa essencialmente sobre a evolução da racionalidade, ligada à invenção das ciências modernas. O objeto portador de informação, ou objeto-documento musealizado, inscreve-se no coração da atividade científica do museu. Esta é desenvolvida, desde o Renascimento, como atividade que visa a explorar a realidade por meio da percepção sensorial, pela experiência e pelo estudo de seus fragmentos [...] (DESVALLÉS & MAIRESSE, 2013, p.58).

Acrescentando a discussão sobre o conceito de musealização e seu eixo de atuação dentro dos procedimentos museológicos, Maria Lúcia Loureiro irá nos informar que:

[...] a musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de

documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa. (LOUREIRO, 2011, p.204-205).

Aprofundando a discussão sobre os objetivos e finalidades da musealização, Waldisa Russio Guarnieri demonstra que “a musealização se preocupa com a informação trazida pelos objetos (lato sensu) em termos de documentalidade, testemunhalidade e fidelidade” (GUARNIERI, 2011, p. 149). Dentro dessa explanação, Guarnieri ainda salienta que:

Convém lembrar que as palavras Documentalidade e Testemunhalidade, têm aqui toda a força de sua origem. Assim, DOCUMENTALIDADE pressupõe "documento", cuja raiz é a mesma de DOCERE = ensinar. Daí que o "documento" não apenas DIZ, mas ENSINA algo de alguém ou alguma coisa; e quem ensina, ensina alguma coisa a alguém. TESTEMUNHALIDADE pressupõe "testemunho", cuja origem é "TESTIMONIUM", ou seja, testificar, atestar algo de alguém, fato, coisa. Da mesma maneira que o documento, o testemunho testifica algo de alguém a OUTREM. (...) FIDELIDADE, em Museologia, não pressupõe necessariamente AUTENTICIDADE no sentido tradicional e restrito, mas a VERACIDADE, a FIDEDIGNIDADE do documento ou testemunho. Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade; ora a informação pressupõe conhecimento. (emoção/razão), registro (sensação, imagem, ideia) e memória (sistematização de ideias e imagens e estabelecimento de ligações). (GUARNIERI, 1990 apud NASCIMENTO, 1994, p.11. Grifo da autora).

Ainda nesse enfoque dos objetivos e finalidades da musealização, Marília Xavier Cury, baseada em Guarnieri, complementa que:

[...] podemos dizer que a musealização (e o ato de musealizar) é um processo que integra preservação e comunicação, isto porque, como lembra a autora, a documentalidade refere-se à ensinar algo: o potencial do objeto museológico de ensinar algo a, logicamente, alguém. Como testemunho, o objeto deve ser preservado: preservar para ensinar, preservar para comunicar (CURY, 2005, p.25).

Ante aos dados apresentados, entendemos que a musealização tem como objetivo tornar o objeto e lugares como documentos e, assim, permitir que esses documentos possam transmitir informações. É nessa ótica, dos

documentos como transmissores de informações, que pretendemos analisar a exposição dos remanescentes da antiga Igreja da Sé na praça pública.

## 2.2. COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA

Ao nos determos sobre a etapa de difusão e apreensão de informações especializadas em museus e espaços públicos, não devemos esquecer que outras etapas também precisam estar associadas e são estratégicas para a qualidade da preservação e divulgação do patrimônio cultural. É esse, por exemplo, o caso da pesquisa e documentação, etapas que antecedem a extroversão de informações. No caso desta pesquisa, debruçaremos sobre um dos momentos que integram o processo de musealização, a comunicação museológica e, dentro dela, especificamente, a exposição, objeto de estudo deste trabalho.

Esta pesquisa aborda a comunicação museológica como ferramenta de interação entre o patrimônio cultural e o público, em geral. Como propõe Marília Xavier Cury, na sua tese de doutorado com o título *Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção para os museus*:

[...] a comunicação museológica é operada pela linguagem dos objetos, mas se efetiva na interação entre o museu e o público sobre o significado a que se propõe, se apreende, se reelabora e se negocia (CURY, 2005, p.88).

Acrescentando a essa discussão, Cury ressalta a função do museu dentro desse processo de comunicação:

O museu é um dos poucos meios de comunicação que têm embutida em sua proposta institucional qualidade de comunicação, ou seja, essa instituição está ligada à capacidade de despertar a consciência, estimular questionamentos e pensamentos críticos. Mas isso não o isenta de ser questionado e criticado, pois o discurso falado pode ser diferente do discurso prático e a linguagem museológica não é mera estruturação dos gostos pessoais dos integrantes da equipe, mas segue uma lógica estruturadora pela qual podem ser analisadas sua construção e sua eficácia (CURY, 2005, p.87).

No sentido de ampliar essa noção de Cury a outros espaços, trazemos à discussão o conceito de fato museológico disseminado por Waldisa Rússio Guarnieri, onde apresenta que o objeto de estudo da museologia não se limita apenas ao museu, e, sim, se amplia aos diferentes domínios de atuação da sociedade. Assim, o fato museológico pressupõe:

[...] a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu (GUARNIERI, 2011, p. 204).

Sob essa perspectiva, a museologia não se limita aos museus, espaços edificadas, mas ao museu espaço institucionalizado onde se processam os conflitos e interesses composto pelo homem, objeto e cenário que interagem entre si. Sendo assim, entendemos que essa relação possa proporcionar a difusão do conhecimento e, por consequência, a preservação do patrimônio cultural.

Na tentativa de minimizar os conflitos existentes nas relações entre os agentes citados acima, acreditamos, que os museus e os profissionais de museus tenham, que compreender seu papel dentro da sociedade, usando a potencialidade dos objetos que foram submetidos às diversas etapas do processo de musealização para alcançar a sociedade.

Neste sentido, a exposição resulta da combinação das etapas que compõem o vasto processo de musealização e, com isso, se torna ferramenta de aproximação entre homem e objeto ressignificado. Por isso, acreditamos, que a musealização só cumpre seu papel quando os resultados desse processo são apresentados à sociedade através das exposições.

### **2.3. EXPOSIÇÃO**

As exposições museológicas podem ser caracterizadas como de curta, longa e média duração. Acontecem nos espaços internos e externos dos museus ou em outros espaços. Em alguns casos são itinerantes ou feitas para

um espaço específico. Mas o objetivo é sempre o mesmo: mostrar, comunicar, informar, despertar.

Os questionamentos que permeiam o planejamento e execução de uma exposição são muitos. No entanto, salientamos, que sem a ilusão de trazer respostas definitivas, apontamos algumas noções do universo das exposições museológicas.

Trazendo a exposição para o cerne dessa discussão, Marília Xavier Cury diz que:

A exposição e a ação educativa são manifestações da política de comunicação de um museu e para o público é o que define a instituição, pois é através delas que o museu se faz visível e se torna relevante para a sociedade (CURY, 2005, p.87).

Mediante a colocação de Cury, o museu se torna perceptível, palpável e ativo quando ele viabiliza o potencial informativo do seu acervo musealizado para a sociedade. Essa aproximação permite desmitificar a ideia dos museus como lugares de coisas velhas. Pontuamos ainda que a existência de museus só faz sentido se eles se aproximam do homem, caso contrário serão apenas espaços de guarda de objetos. Pactuando da mesma ideia de Cury, a autora Maria Isabel Rocha Roque enfatiza que:

São variadas as vocações dos museus na execução dos seus projectos, orientando-se para a história, a arte, a ciência, a técnica ou a etnologia. Um museu pode ter por objectivo primordial da sua acção a animação, a investigação, a apresentação, o estudo das obras, a sua divulgação ou outros. Mas, qualquer que sejam os princípios que o norteiam e os objectivos que persegue, a exposição é a sua estrutura básica, o mecanismo específico mais imediato da comunicação entre o museu e o seu público. [...] (ROQUE, 1889/90, p.25).

Expor é apresentar, colocar em destaque elementos que se deseja mostrar. Sendo assim, as exposições nos colocam diante de abordagens do mundo. São traduções de discursos/narrativas realizados por meio de imagens, textos, tecnologia, interações, traduzindo e conectando várias referências, que associadas de maneira equilibrada buscam dar sentido ao que se pretende exhibir.

Acrescentando as informações explanadas, na visão de Roque:

Se a museologia actual pretende que o espectador actue como personagem interveniente e actuante, como protagonista face à mensagem que lhe é transmitida e em função dos estímulos que a exposição lhe proporciona, o museu deve conseguir, como factor primordial das suas preocupações, abandonar a sua postura rígida e distanciada, promovendo-se como um elemento comunicante a todos os níveis e reconhecer que, em definitivo, o seu discurso não deve ser unilateral mas interactivo (ROQUE, 1889/90, p.13).

Sobre essa mesma discussão Cury corrobora:

A reflexão sobre como as pessoas aprendem no museu e como os museus ensinam associada aos estudos psicoeducativos sobre os processos cognitivos trouxe aos museus e especialmente às exposições a preocupação de preparar exposições sob a ótica do público. Procura-se oferecer ao público a oportunidade para um comportamento ativo cognitivo (intelectual e emotivo), interagindo com a exposição. Em síntese, procura-se a interação entre mensagem expositiva e o visitante, para que a exposição permita uma experiência de apropriação de conhecimento (CURY, 2005, p.38).

No âmbito da discussão sobre exposição, Cury ainda complementa:

As exposições são concebidas com vistas à experiência do público. Exposição é, didaticamente falando, conteúdo e forma, sendo que o conteúdo é dado pela informação científica e pela concepção de comunicação como interação. A forma da exposição diz respeito à maneira como vamos organizá-la, considerado a organização do tema (enfoque temático e seu desenvolvimento), a seleção e articulação dos objetos, a elaboração de seu desenho (a elaboração espacial e visual) associados a outras estratégias que juntas revestem a exposição de qualidades sensoriais (CURY, 2005, p.42).

Em suma, Marília Xavier Cury e Maria Isabel Rocha Roque demonstram que a exposição tem um carácter educacional e informativo. Em outros termos, é possível se aprender na visita de uma exposição de um museu. Entretanto, tal aprendizado não pode se dar como uma via direta, tomando o espectador como sujeito passivo. Nessa perspectiva, Ulpiano Bezerra de Menezes irá nos ensinar que “Para desempenhar consciente e eficazmente seu papel educacional, seria indispensável que o museu se reconhecesse como um lugar por excelência, mais de perguntas, do que respostas [...]” (MENEZES, 2000, p.97).

Mediante ao que já foi colocado, ressaltamos que a concepção e execução de uma exposição museológica exigem a interação dos diversos

setores de um museu e um planejamento detalhado de cada etapa antes do produto final. Retomando a ideia do que já foi explanado, as exposições são montadas a partir do pressuposto de comunicar. Para atingir esse objetivo, faz-se necessário um bom planejamento da expografia. Por seu turno, compreende-se como expografia:

[...] a área da Museografia que se ocupa da definição da linguagem e do *design* da exposição museológica, englobando a criação de circuitos, suportes expositivos, recursos multimeios e projeto gráfico, incluindo programação visual, diagramação de textos explicativos, imagens, legendas, além de outros recursos comunicacionais (FRANCO, 2008, p.61).

Maria Ignez Mantovani Franco informa que a museografia congrega a expologia e a cenografia como pressupostos essenciais do discurso expositivo (FRANCO, 2008, p. 62). Para Cury, a expologia corresponde ao estudo da teoria da exposição (CURY, 2005, p.27).

Corroborando da ideia de Franco, os recursos museográficos (mobiliário, painéis, vitrines, iluminação e outros) utilizados na montagem de uma exposição devem servir como auxiliar, e não se sobrepor ao objeto que está sendo exposto (FRANCO, 2008, p.59).

Nesse sentido, acreditamos, que selecionar elementos que se constituam como meio nesse processo de aproximação do homem com o objeto no âmbito dos museus, seja uma das principais tarefas de composição das exposições. Nessa mesma linha de argumentação, compreendemos, que o uso equilibrado da tecnologia dentro das exposições museológicas, de modo a não sobrepor o meio ao que se pretende demonstrar/apresentar, seja um dos desafios mais difíceis para os profissionais de museus, haja vista que vivemos em um mundo cada vez mais tecnológico e rápido.

#### **2.4. MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

Neste item, buscamos explicitar algumas definições associadas à musealização do patrimônio arqueológico, com o objetivo de despertar a

reflexão deste patrimônio. A musealização do patrimônio arqueológico não é um tema simples, porque cada objeto, sítio arqueológico têm as suas especificidades e necessita de um olhar atencioso dos museólogos, profissionais de museus, arqueólogos e curadores no que diz respeito à extração de informações.

Maria Cristina Oliveira Bruno, museóloga que há mais de 30 anos se debruça sobre os caminhos da musealização do patrimônio arqueológico nos dirá que:

Musealização da Arqueologia está comprometida com o estabelecimento de vínculos que aproximem os vestígios arqueológicos herdados das sociedades contemporâneas, considerando a diversidade de fatores históricos e socioculturais que influenciam essas aproximações e, ainda, com a busca de procedimentos técnico-científicos que permitam a realização de ações de salvaguarda e comunicação dos bens patrimoniais arqueológicos (BRUNO, 2013/14, p.9).

Sob esse prisma, a autora sempre alerta em suas publicações e palestras que esse procedimento de musealizar, ou seja, fazer a extroversão das informações possibilita uma aproximação do ontem com o hoje para, então, permitir à sociedade conhecer as abordagens sobre a antiguidade da ocupação do território brasileiro e a diversidade cultural brasileira. A autora ainda salienta que:

A partir dessa perspectiva os vestígios arqueológicos são fortes indicadores que nos ajudam a compreender questões relevantes inerentes à temporalidade e à territorialidade, como também, contribuem na caracterização de questões identitária, permitindo a expansão dos cenários dos territórios de memórias (BRUNO, 2013/14, p.8-9).

Justamente, é por essa linha de abordagem que a noção de memória se torna um elemento importante na abordagem de Maria Cristina Oliveira Bruno sobre os processos de musealização. Em suas reflexões sobre esse processo dirá que:

Nessa perspectiva, pode-se apontar que a memória é uma construção no presente, a partir de indicadores culturais relativos às experiências que os indivíduos e os grupos sociais elaboram com seus semelhantes (expressões / manifestações), com as paisagens (espaços / lugares) e com as coisas (objetos / artefatos), em suas

formas de subsistência, sociabilidade, celebração e representação (BRUNO, 2013/14, p.8).

Tendo em vista a complexidade da abordagem patrimonial e dos trabalhos com a memória compreendemos por que tantos museus, exposições e lugares históricos não conseguem estimular o exercício intelectual de seus visitantes, por não saberem explorar suas potencialidades ou por não poderem fazer isso. Acreditamos, que essa impossibilidade se dê pela falta de conhecimento e de recursos para tal e, portanto, os objetos e espaços culturais caem no esquecimento pouco tempo depois de serem visitados.

Retomando a discussão de memória, podemos associar essa noção à exposição dos alicerces da antiga Igreja da Sé e vislumbrar esses vestígios como potenciais elementos que evocam a memória histórica de Salvador. Segundo Pierre Nora, há lugares de memória “porque não há meios de memória, essa se torna um sentimento residual aos locais” (NORA, 1993, p.7). Restos de um passado já morto, porque perdemos os instrumentos de memorização deles, os lugares de memória nos servem como espaços de salvaguarda e, assim, perpetuam uma ideia sobre o passado, trazendo-o como elemento vivo para reflexão sobre o presente. O desaparecimento da memória sobre o passado é algo inevitável. Assim, crendo nesse desaparecimento, vê-se a necessidade de manutenção de lugares de memória, para que se tornem estratégicos na preservação do passado, reflexão do presente e construção consciente do futuro.

Nesse sentido, refletindo sobre o papel do museólogo na preservação da memória, uma passagem de Matilde Bellaigue permite acrescentar a essa discussão a seguinte reflexão:

Todo espaço é portador dos traços da história (ou do aniquilamento desses traços...). É responsabilidade do museólogo, juntamente com a comunidade do território em questão, assinalá-los, e ainda aos signos e símbolos da identidade e a tudo aquilo que possa tornar-se instrumento de conscientização, de educação, de desenvolvimento, de criação - tomando-se o cuidado de “museificar” o território, em harmonia com sua própria vida: urbana ou rural, social, cultural, econômica, etc. (BELLAIGUE, 1993, p.88).

A reflexão de Matilde Bellaigue nos leva a pensar se a comunidade do entorno do sítio (moradores, comerciantes do centro histórico de Salvador,

Bahia) foi preparada para compreender aquele espaço e assim atuar como cuidador/gestor primário desse patrimônio arqueológico. Acreditamos, que trabalhar com esses lugares de memória se constitua como uma tarefa complexa e desafiadora, principalmente, no que diz respeito à conservação, documentação e extroversão, como ocorre com o sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé.

Conforme nos orienta Bruno, a musealização do patrimônio arqueológico tem se constituído como uma ferramenta de conservação, preservação e comunicação desses bens e, atualmente, essa prática tem crescido devido aos projetos de licenciamento ambiental decorrentes das exigências das leis de proteção ao patrimônio arqueológico, através da resolução do CONAMA 001/86 (BRUNO, 2005, p. 236).

No arcabouço das diretrizes para a preservação do patrimônio arqueológico, citamos algumas cartas patrimoniais, como: a carta de Nova Delhi (1956), que faz recomendações internacionais acerca de princípios aplicados às pesquisas arqueológicas; a carta de Veneza (1964), que discorre acerca das práticas de conservação e restauro de monumentos arqueológicos; a carta de Lausanne (1990), que orienta acerca da proteção e a gestão do patrimônio arqueológico, trazendo princípios aplicáveis ao inventário, intervenções no sítio, documentação, pesquisa, preservação, conservação, reconstituição, informação, exposição e apresentação ao público e uso do patrimônio.

Compreendemos que somente uma legislação efetiva de cada Estado e o trabalho conjunto entre os diversos profissionais que lidam com o patrimônio podem desacelerar o processo de desaparecimento dos vestígios arqueológicos, pois, dessa forma, pode-se engendrar ações coletivas de proteção e conservação e, com isso, permitir que as gerações futuras tenham acesso ao seu patrimônio cultural.

A musealização de vestígios arqueológicos *in situ* é uma ferramenta de comunicação da pesquisa arqueológica que busca evitar a descontextualização dos sítios arqueológicos e propicia ao público acesso direto ao seu conteúdo. Dessa maneira, como diz Pierre Nora, estamos “fazendo uso dos restos” dos lugares de memória (NORA, 1993, p.12).

É nesse corpo de abordagens conceituais – que transitou da musealização à comunicação museológica, à exposição e à musealização do patrimônio arqueológico – que buscamos compreender a exposição *in loco* dos remanescentes físicos da antiga Igreja da Sé. Tais remanescentes referem-se a alicerces, ou melhor, restos de alicerces. Nossa observação será induzida a perceber como, e se, dentro da cadeia de procedimentos museológicos a musealização, especificamente a exposição desses alicerces permite a comunicação, compreensão e salvaguarda desse patrimônio, tornando-o elemento de memória.

A ideia trazida no conceito de Nora (1993) se aproxima de alguns questionamentos abordados por Luis Raposo (2013) no artigo *Benefícios e custos da musealização arqueológica 'in situ'*, que serão apresentados a seguir:

Uma vez tomada a decisão da musealização *in situ* de uma qualquer ruína arqueológica abre-se um amplo campo de discussão quanto ao seu uso concreto. Desde logo, importaria perguntar quais as suas finalidades sociais e qual o entendimento dado ao conceito de transposição dos objectos móveis para “o mais perto possível do local” (RAPOSO, 2003, p. 160).

Ainda nessa discussão aprofunda Raposo:

[...] Os mais exigentes do ponto de vista científico serão conduzidos a afirmarem que a musealização *in situ* de sítios arqueológicos será tanto melhor quanto menos se promovam acções de restauro e mas se invista na criação em cada local de equipas e estruturas permanentes, nas quais o estudo arqueológico de base (a investigação dita fundamental) e a conservação preventiva se conjuguem interdisciplinariamente (RAPOSO, 2013, p.160).

A Europa, com seus monumentos imponentes tem adotado esse caminho de musealização. Alguns exemplos são as ruínas do Convento de Cristo, em Portugal; o templo latino de Évora, em Portugal; o Coliseu, na Itália; as ruínas de Conímbriga, em Portugal. No Brasil, já contamos com vários sítios arqueológicos musealizados, a citar: Castelo Garcia D'Ávila, na Bahia; Missões Jesuítas, no Rio Grande do Sul; o cais do Valongo, no Rio de Janeiro; os inúmeros sítios do Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí; dentre tantos outros.

No âmbito dessas discussões sobre a musealização *in situ* de vestígios arqueológicos e seu poder de disseminação de conhecimentos frente à comunidade em geral, salientamos, que os locais a céu aberto que guardam os vestígios arqueológicos musealizados, ou não, sofrem com as intempéries e em muitos casos com o vandalismo decorrente da falta de sensibilidade da comunidade em reconhecer esses espaços como “seus”.

De maneira nenhuma, pretendemos trazer à tona uma receita pronta de como musealizar os vestígios arqueológicos, porque, como já foi colocado, cada um pede um tipo de intervenção/exposição. Assim, cabe aos profissionais ligados a esse processo escolherem a melhor forma de explorar as potencialidades desses suportes de informações, formulando propostas que analisem o seu contexto de inserção e as políticas de preservação de cada espaço.

É necessário que os profissionais participantes de um projeto de musealização *in situ*, façam uma avaliação criteriosa se, de fato, as políticas de preservação são cumpridas naquele lugar, pois as leis de proteção do patrimônio arqueológico estão em discussão no cenário político, acadêmico e administrativo e, com isso, não se passa como desconhecida ou inexistente. Órgãos responsáveis pela preservação dos sítios arqueológicos, como a ONU, UNESCO, IPHAN e o IPAC, entre outros, também se fazem presentes na sociedade com seus discursos preservacionistas, mais do que com suas ações, acerca do patrimônio.

No entanto, resta perceber e saber se de fato esses órgãos atuam efetivamente na proteção. Não somos alienados a ponto de não perceber, ao andar pelos lugares históricos da Bahia e do Brasil, que há um descaso por parte desses órgãos frente ao patrimônio cultural, seja ele de natureza material ou imaterial.

Partindo do pressuposto que o sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé está musealizado, utilizamos o escopo conceitual apresentado no decorrer do capítulo para fundamentar e atingir o objetivo desta pesquisa com que se propõe a realizar uma análise da musealização, especificamente no que tange à exposição *in situ* dos vestígios arqueológicos, e sua capacidade de informar à população.

### 3. ANÁLISE DA EXPOSIÇÃO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA ANTIGA IGREJA DA SÉ

Diante das abordagens dos capítulos anteriores, esperamos demonstrar o que da antiga Igreja da Sé se encontra em exposição na Praça da Sé e como se encontra. A ideia aqui não se atrela à materialidade exposta do sítio. Considerando a sua dimensão e potencial pode ser considerada pequena, mas, sobretudo, a apreensão que se pode ter deste espaço a partir de sua exposição.

A situação da Praça da Sé e, por consequência, dos três sítios arqueológicos que compõem a área (parte dos alicerces da antiga Igreja da Sé, bancos e pisos da Praça Dona Isabel e parte do pátio do antigo Colégio dos Jesuítas) já foram retratadas pelo professor Carlos Costa<sup>2</sup> que discute o estado de abandono pelo poder público dos sítios.

A elaboração de um projeto arquitetônico de reformulação da Praça da Sé de Salvador visava trazer “um valor estético para área”, como nos informou o professor Carlos Etchevarne em entrevista realizada em dezembro de 2015 (ver APÊNDICE A). Por isso, o projeto arquitetônico não iria se ater às especificidades que a intervenção e uso de um sítio arqueológico em meio urbano demandava, o que resultou no que observamos hoje ao passar pela Praça da Sé.

O patrimônio que antes estava “protegido” sob o solo da praça, depois de sua evidenciação, em 1998, passou a ser alvo das intempéries climáticas e do contato direto com o homem. Essas situações, por muitas vezes, fogem do controle dos órgãos de proteção do patrimônio, tornando um desafio para se manter vivo, ativo, significativo e reconhecido dentro da sociedade.

A então musealização realizada pelo projeto do arquiteto Assis Reis, com a participação limitada da equipe de arqueologia, coordenada pelo professor Carlos Etchevarne, é alvo de discussão e reflexão nesse terceiro capítulo. Além disso, contamos com as informações obtidas da leitura dos relatórios de intervenção arqueológica, a entrevista com o coordenador da equipe de

---

<sup>2</sup> Cf. COSTA, C. A. S. O retrato do abandono – a Praça da Sé de Salvador, Bahia. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=37814>

arqueologia, as visitas ao sítio e o registro fotográfico realizado no segundo semestre de 2015 e primeiro mês de 2016, como base empírica que permitirão analisar a capacidade de transmitir informações do sítio, pois, é isso que a musealização *in situ* de vestígios arqueológicos se propõe.

O sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé localiza-se entre o museu da Santa Casa de Misericórdia de Salvador e o antigo palácio arquiépiscopal<sup>3</sup>, na Praça da Sé, no bairro do Pelourinho.



**Figura 5 -** Mapa da Praça da Sé de Salvador, Bahia.

**Fonte:** Google Maps, 2016.

A localização do sítio é bastante emblemática, podendo contribuir para uma efetiva comunicação e diálogo de seu “acervo”, pois, está inserido em umas das áreas mais movimentadas do centro histórico de Salvador. Diariamente, milhares de pessoas passam pela praça para cumprir suas obrigações.

A partir daqui, iniciamos a análise do sítio, destacando os elementos evidenciados nas escavações e o os recursos utilizados pelas equipes de arquitetos e arqueologia para compor a Praça da Sé.

<sup>3</sup> O palácio arquiépiscopal atualmente se encontra em reforma, tendo como proposta para seu futuro a implantação do centro de referência da historia da igreja católica no Brasil

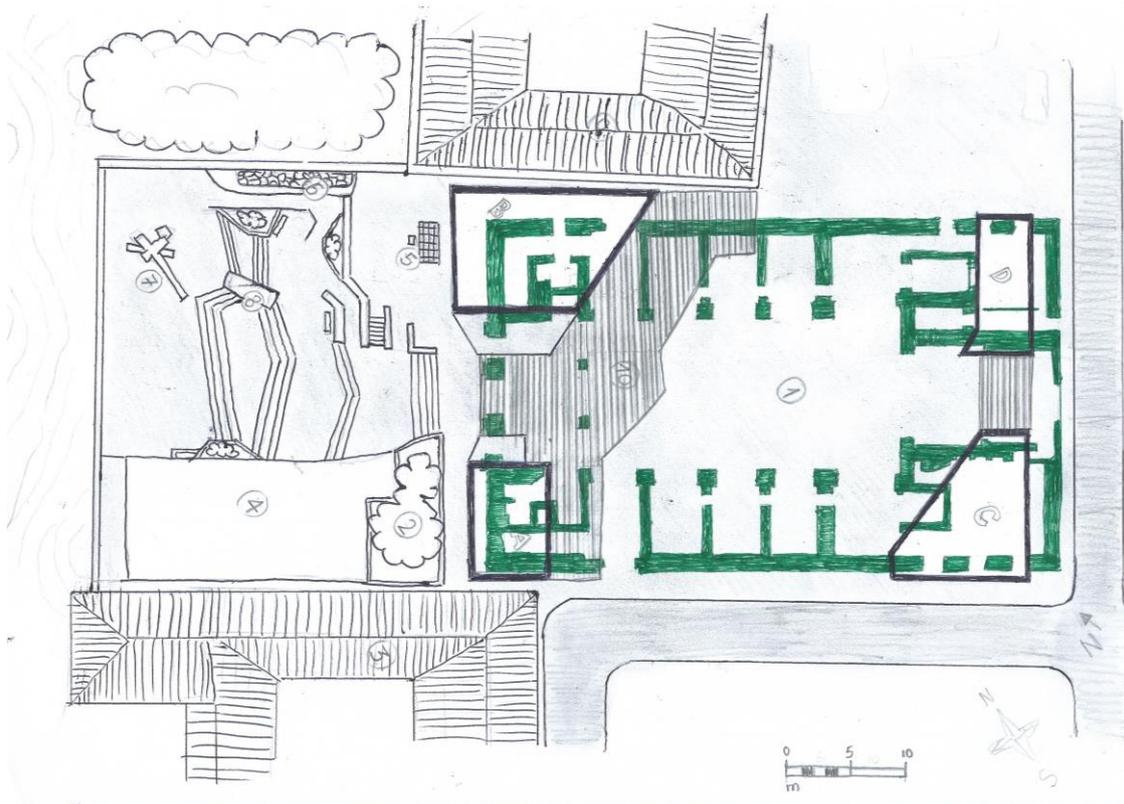
### 3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS VESTÍGIOS E CONTEXTO ARQUEOLÓGICO DA ANTIGA IGREJA DA SÉ

A antiga Igreja da Sé, como pode ser vista, na imagem abaixo, foi construída em um lugar de destaque na conjuntura da Freguesia da Sé, como relatado no primeiro capítulo da pesquisa.



**Figura 6** - Inserção da igreja na malha urbana do atual Centro Histórico de Salvador.  
**Fonte:** TAVARES, 2006, p.5.

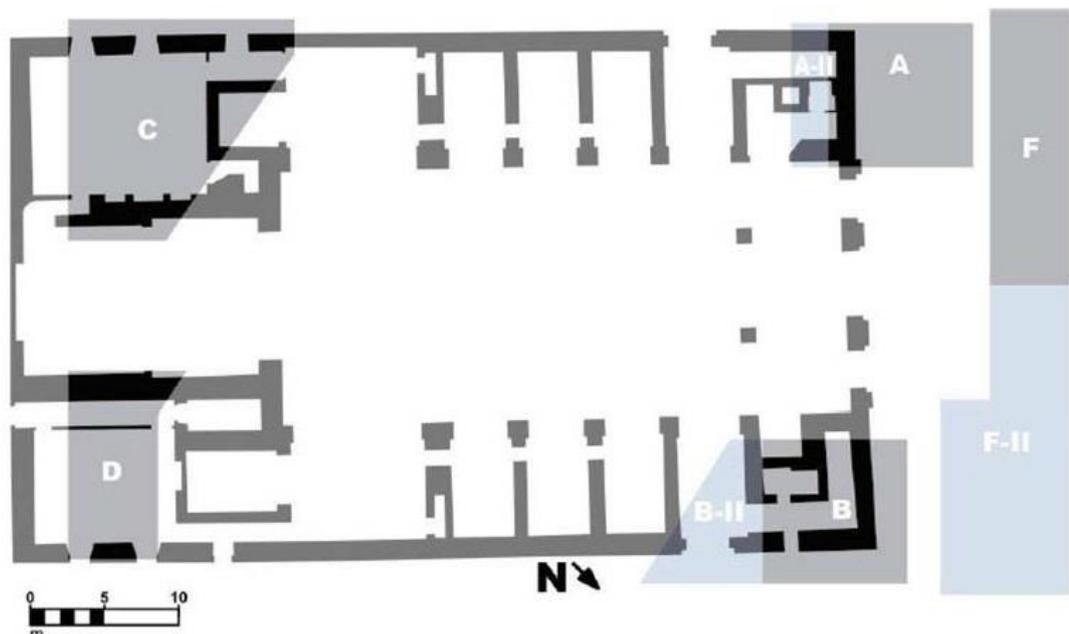
A contextualização mais pontual da planta e remanescentes da Igreja da Sé, na malha urbana de Salvador, pode ser melhor percebida na imagem que produzimos para esta pesquisa, que segue abaixo.



**Figura 7 -** Planta baixa da igreja e sua inserção em parte da malha urbana da Praça da Sé.  
**Ilustração:** Vanderlani Amâncio, 2015.

**LEGENDA:**

- |                                                         |                                                                      |
|---------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------|
| 1- Planta baixa do térreo da igreja em verde.           | 7- Monumento da Cruz Caída.                                          |
| 2- Árvore Histórica.                                    | 8- Parede de Granito com informações do monumento da Cruz Caída.     |
| 3- Prédio do Museu da Misericórdia.                     | 9- Palácio Arquiepiscopal.                                           |
| 4-Memorial das Baianas.                                 | 10- Passarelas de aço inoxidável                                     |
| 5- Restos do Piso da Praça Dona Isabel.                 | A, B, C e D – Setores com vestígios expostos da antiga Igreja da Sé. |
| 6- Vestígio arqueológico do banco da Praça Dona Isabel. |                                                                      |



**Figura 8** - Planta Baixa do pavimento térreo da antiga Igreja da Sé com a representação das áreas de escavação arqueológica.

**Fonte:** TAVARES, 2006, p.7.

As aberturas com as letras A, B, A-II, B-II, C, D são os setores da escavação arqueológica dentro dos quais foram localizadas as extremidades da antiga Igreja da Sé, cujos alicerces encontram-se expostos. De acordo com os relatórios de intervenção arqueológica concedidos pelo MAE/UFBA, a continuidade das escavações possibilitou que outros setores fossem projetados à prospecção arqueológica; os setores F e F-II, que abrangem maior parte do adro da Igreja, local com maior quantidade de material arqueológico salvaguardado no MAE/UFBA. O setor E foi planejado, mas não foi escavado, razão por que não aparece na planta.

Na pesquisa, atamo-nos em caracterizar vestígios arqueológicos relacionados ao contexto da antiga Igreja da Sé, que aparecem em evidência na atual conformação da praça. Tratam-se dos alicerces expostos nos setores A, B, C e D, correspondentes aos limites do templo religioso, sendo o elemento principal da musealização *in situ* do prédio da igreja, além desses foram analisados vestígios da Praça Isabel (o piso e o banco), a ausência da janela lateral do prédio do Palácio Arquiepiscopal e a árvore que existia em frente da igreja. Para compreensão da caracterização dos vestígios arqueológicos é necessário lembrar, que a entrada da igreja era voltada para a Baía de Todos Santos.

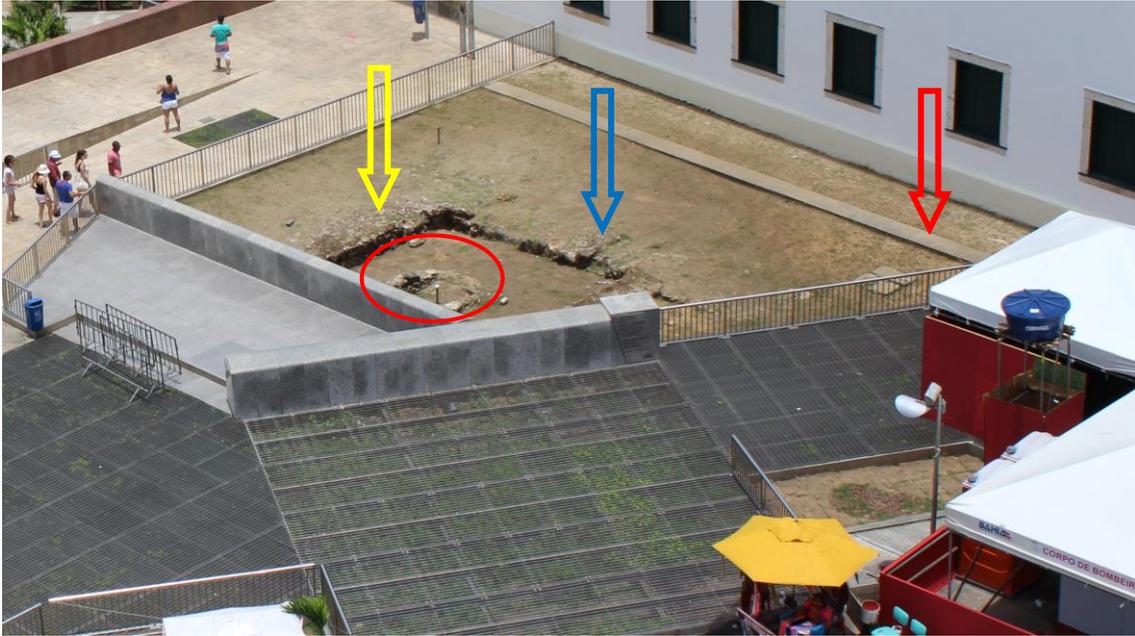
De modo geral, os alicerces da igreja correspondem a estruturas de pedras grandes de variados tipos, argamassa de cal e areia, com alguns tijolos e telhas incrustados. Encontram-se restaurados, em trechos recompostos com pedras de paralelepípedos e argamassa vermelha de arenoso.

Os setores A e B correspondem à fachada da igreja, sendo o setor A, a torre do relógio e o B a torre do sino. O setor C corresponde à sacristia que tinha a Capela da Freguesia da Sé, o D corresponde à sacristia que possuía a Capela da Irmandade do Santíssimo Sacramento, ambas no fundo da igreja, e, entre elas, onde hoje observamos uma passarela de gradil de aço, era o altar-mor da igreja.



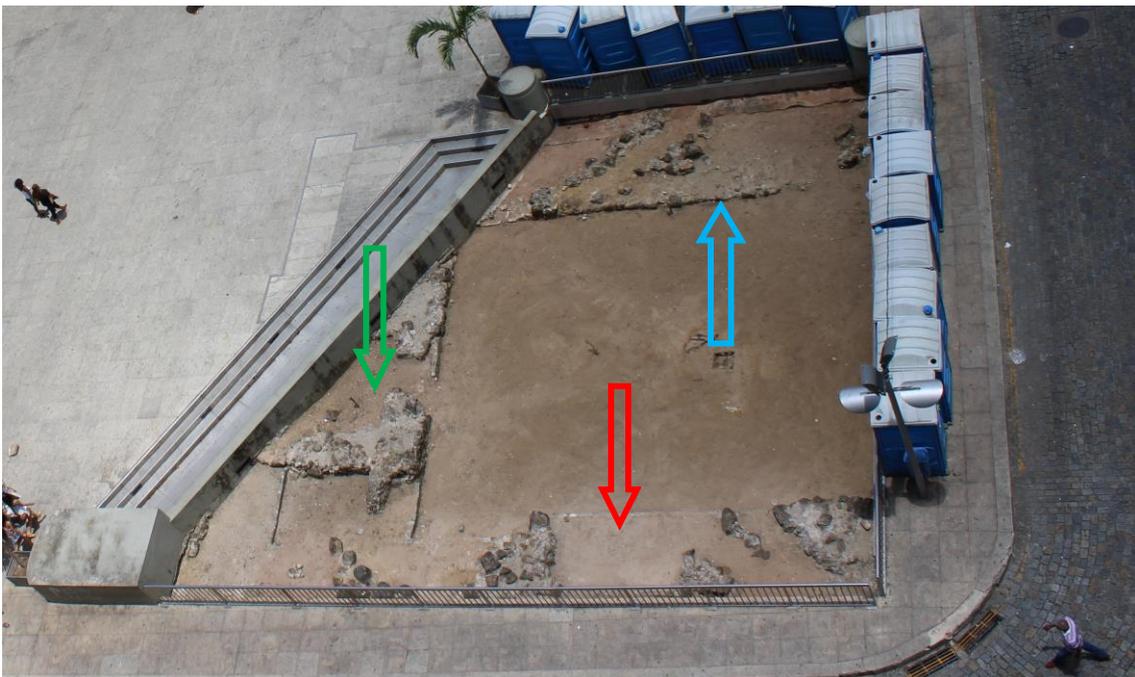
**Figura 9** – Vista do setor A feita a partir do Museu da Misericórdia.  
**Foto:** Tainã Moura, 2015.

Podemos observar, no setor A (Fig. 9), vestígios dos alicerces da fachada do templo (seta amarela), vestígios dos alicerces da lateral esquerda do templo (seta azul) e a estrutura quadrangular de sustentação da escada de acesso à torre esquerda (círculo em vermelho).



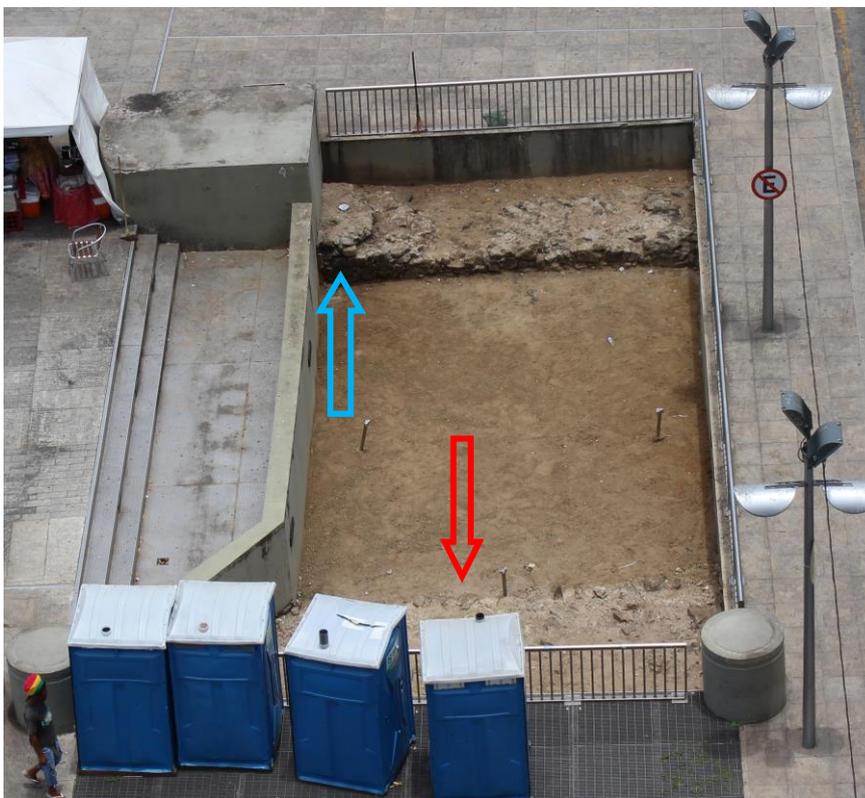
**Figura 10** - Vista aérea do setor B, feita a partir do Edifício Themis.  
Foto: Eliene Lima, 2016.

Podemos observar, no setor B (Fig. 10), vestígios dos alicerces da fachada do templo (seta amarela), vestígios dos alicerces da lateral direita (seta azul) e a estrutura quadrangular de sustentação da escada de acesso à torre direita (círculo em vermelho). A parede de concreto indicada pela seta vermelha corresponde à estrutura atual de contenção de sedimentos, para não atulharem o sítio.



**Figura 11** - Vista aérea do setor C, feita a partir do Edifício Themis.  
Foto: Eliene Lima, 2016.

No setor C (Fig. 11), podemos observar os vestígios dos alicerces das paredes da sacristia. O alinhamento do alicerce que aparece na parte inferior da imagem, posicionado na horizontal, corresponde à lateral esquerda do prédio da igreja (seta em vermelho). O alicerce paralelo a este último visualizado na porção superior da imagem, alinhado com a fila horizontal de banheiros químicos, corresponde à parede que separava a sacristia do altar-mor (seta em azul). O alicerce perpendicular aos anteriormente descritos, situado na porção centro-esquerda da imagem, corresponde ao fundo da Capela da Freguesia da Sé (seta verde).



**Figura 12** - Vista aérea do setor D, feita a partir do Edifício Themis.  
Foto: Eliene Lima, 2016.

No setor D (Fig. 12), observamos os vestígios dos alicerces das laterais de uma das sacristias. O alinhamento do alicerce que aparece na parte superior da imagem, posicionado na horizontal, corresponde à lateral direita do prédio da igreja (seta azul). O alicerce paralelo a este último visualizado na porção inferior da imagem, parcialmente encoberto pelos banheiros químicos, corresponde à parede que separava essa sacristia do altar-mor (seta vermelha).

As escavações arqueológicas permitiram que vestígios arqueológicos (piso e banco) da área do adro da igreja, conhecida como Praça Dona Isabel, tivessem seus

limites encontrados. Podemos compreender a sua localização, observando a planta baixa da igreja e sua inserção em parte da malha urbana da Praça da Sé (ver fig.7).

O piso que está sinalizado na Praça da Sé, localizado na escavação, é de parte do calçamento do adro, como informa o relatório final de 2001:

Constituído de ao menos três tipos de pedras, a maior parte delas de arenito cinzento, de grão fino, algumas bastante friáveis e muito semelhantes àquelas usadas também no muro de arrimo lateral. Foram talhadas com regularidade e, aproximam-se, na forma, a um paralelepípedo, embora as suas dimensões tenham grande variação. (ETCHEVARNE; PALERMO NETO; SOUSA, 2001, p.73).



**Figura 13** - Detalhe de parte do calçamento (piso) da Praça D. Isabel.

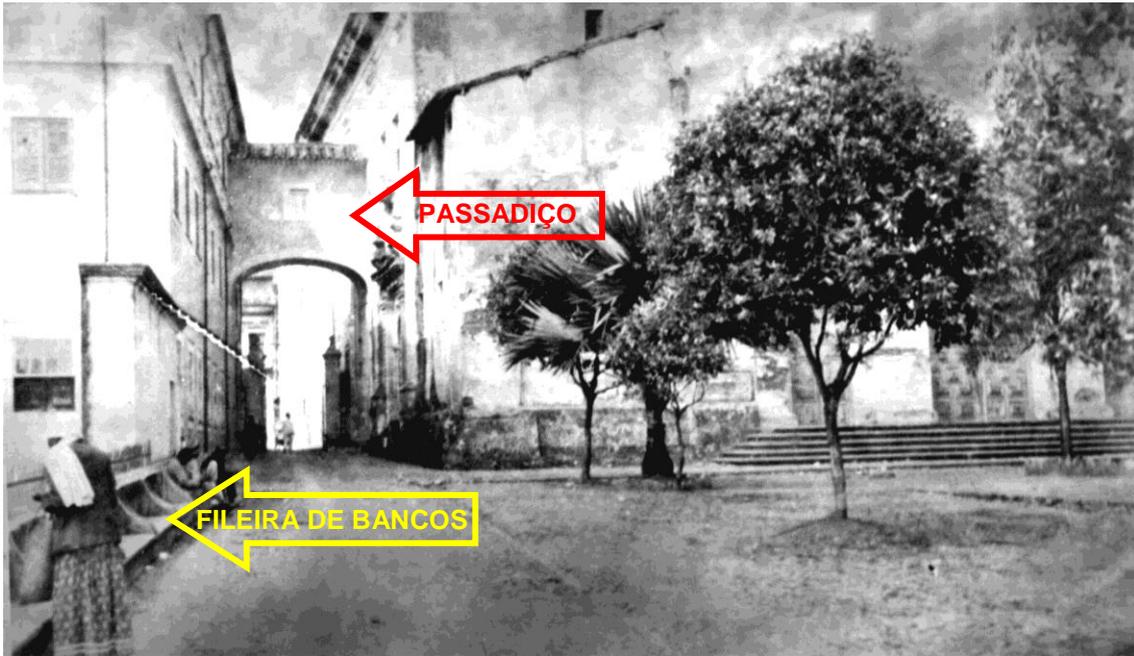
**Fonte:** ETCHEVARNE; PALERMO NETO; SOUSA, 2001, p.74.

Para a exposição desse vestígio arqueológico, a equipe de arquitetos usou um gradil de aço inoxidável, como podemos ver na Figura 14, para proteger o piso.



**Figura 14** - Piso da Praça Dona Isabel.  
**Foto:** Tainã Moura, 2015.

Na escavação do setor F-II (ver Fig. 8), foi localizada uma estrutura de alvenaria em pedras, que corresponde a uma parte da fileira de bancos que existiam na Praça Dona Isabel, como se pode ver na imagem abaixo. Esse vestígio faz parte de um conjunto de dados que o projeto inicial de reestruturação da Praça da Sé pretendia evidenciar, pois, no início se pretendia deixar amostra apenas os alicerces do antigo templo.



**Figura 15** - Parte da Praça Dona Isabel, tendo à esquerda, em amarelo, a fileira de bancos, e, em vermelho, passadiço de ligação entre a Igreja da Sé e o Palácio Arquiepiscopal. Área correspondente ao Setor F-II.

**Fonte:** ETCHEVARNE; PALERMO NETO; SOUSA, 2001, p. 50.

Uma parte desses bancos ficou amostra no projeto de parquização dos vestígios arqueológicos na Praça da Sé, cercado parcialmente por uma grade de aço inoxidável, como pode ser observado na figura baixo.



**Figura 16** - Vestígio arqueológico do banco da Praça Dona Isabel.  
**Foto:** Tainã Moura, 2015.

Ainda na imagem da praça Dona Isabel (Fig. 15), onde vemos a fileira de bancos, podemos observar uma passarela que permitia o acesso entre o prédio do palácio arquiépiscopal e a parte superior do templo da antiga Igreja da Sé. Mesmo depois da reforma do prédio do palácio arquiépiscopal, percebemos que não foi colocada uma janela no lugar onde antes era a passarela entre os dois prédios, como vemos na figura abaixo.



**Figura 17** - Foto da lateral do prédio arquiépiscopal feita a partir do Edifício Themis.  
**Foto:** Eliene Lima, 2016.

A árvore que se vê na imagem acima (Fig. 17, em amarelo), em frente ao setor A (fachada da igreja), é uma velha cajazeira, elemento natural, na época em que a antiga Igreja da Sé ainda estava de pé, compunha parte da área verde da Praça Dona Isabel. Pode ser verificado através das fotos antigas deste espaço ou mesmo da igreja, também, na própria placa existente no local (Fig. 18).



**Figura 18** - Placa sobre a árvore.  
**Foto:** Tainã Moura, 2015.

### **3.2. SOLUÇÕES ARQUITETÔNICAS**

Nas quatro aberturas (os setores A, B, C, D), com os vestígios arqueológicos que correspondem às quinas da antiga igreja, podemos observar que os alicerces são delimitados com paredes de concreto e cercas de aço inoxidável. Nas áreas escavadas, entre os alicerces, o solo é de chão batido e arenoso, sem qualquer cobertura vegetal. Apenas no setor B, ocorrem alguns trechos residuais de grama (ver Fig. 9 e 10).

A praça é toda revestida de piso de granito e cobertura cerâmica de alto impacto em forma de pastilhas, na cor branca, no que seria a área do interior da igreja. Ainda observamos bancos de granito vermelho espalhados na praça. Além desses elementos, encontramos gradis de aço inoxidável compondo passarelas, entre o setor A e o B, ou mesmo entre o setor C e o D, rampas e escadas (ver Fig.19).

As passarelas que dão acesso aos setores A e B, C e D são recursos estéticos usados pela equipe do arquiteto Assis Reis. Seus usos não foram dialogados com a equipe de arqueologia, como relata o professor Carlos Costa (informação verbal) <sup>4</sup>. As áreas onde se encontram os gradis nunca foram escavadas, o que não fica claro na composição da praça, pois essas passarelas (ver Fig.10 e 26) dão a ideia de continuidade das aberturas com os vestígios arqueológicos que estão com os alicerces evidenciados.

### **3.3. TRATAMENTO DAS INFORMAÇÕES: RECURSOS EXPOGRÁFICOS**

Os recursos expositivos como placas, textos, imagens entre outros se tornam um meio capaz de auxiliar no entendimento do que está sendo exposto. Seu uso deve ser cauteloso e deve dialogar com o conceito da exposição. Na busca desses recursos no perímetro do sítio arqueológico encontramos sete placas informativas espalhadas e escondidas pelas paredes, pilastras e no chão, contendo informações

---

<sup>4</sup> Informação verbal obtida durante a orientação desta pesquisa com o professor Carlos Alberto Santos Costa, na época membro da equipe de arqueologia do projeto de Reestruturação da Praça da Sé.

sobre a parte da igreja e seu uso. Os textos contêm muitas informações desconectadas, o que pode dificultar a compreensão por parte do público que visita o espaço.



**Figura 19** - Placa informativa sobre o adro da igreja.  
Foto: Tainã Moura, 2015.



**Figura 20** - Placa explicando o adro da Sé.  
Foto: Tainã Moura, 2015.

Algumas placas (Fig. 21) se encontram em processo avançado de deterioração, o que já denota uma falta de manutenção por parte dos órgãos responsáveis.



**Figura 21** - Estado de conservação das placas.  
**Foto:** Tainã Moura, 2015.

O estado de conservação dos recursos expositivos influencia na efetiva comunicação do patrimônio com as pessoas. No caso das que estão no sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé, o seu estado dificulta a leitura das informações do que está exposto.

Um dos objetivos da musealização *in situ* é permitir que o público tenha acesso ao patrimônio no seu local de origem. Portanto, a ausência de placas informativas que possibilitem a compreensão do que está exposto limita o acesso e compreensão do patrimônio. Além disso, não existem na Praça barreiras ou placas informativas

que impeçam o acesso ao local com vestígios arqueológicos, permitindo que qualquer pessoa possa ter contato direto, trazendo riscos a integridade dos vestígios e a segurança dos visitantes.



**Figura 22** - Banco da Praça Dona Isabel que ficava à frente da igreja.  
**Foto:** Tainã Moura, 2015.

Talvez se existisse na área musealizada placas de sinalização informando os limites de trajeto dentro do sítio arqueológico, esse espaço não estaria servindo de depósito de lixo e/ou banheiro público. Entretanto, a maneira como a comunidade iria se comportar se alguns recursos tivessem sido usados na musealização do sítio é apresentada no campo das possibilidades, pelo fato de não podermos afirmar, neste momento, como a sociedade reconhece aquele espaço. O que podemos inferir com base na entrevista com professor Carlos Etchevarne é que a população de Salvador não recebeu uma preparação, por parte da prefeitura, sobre a reestruturação da Praça e da exposição *in situ* dos alicerces de um prédio do século XVI, para reconhecê-los como históricos.

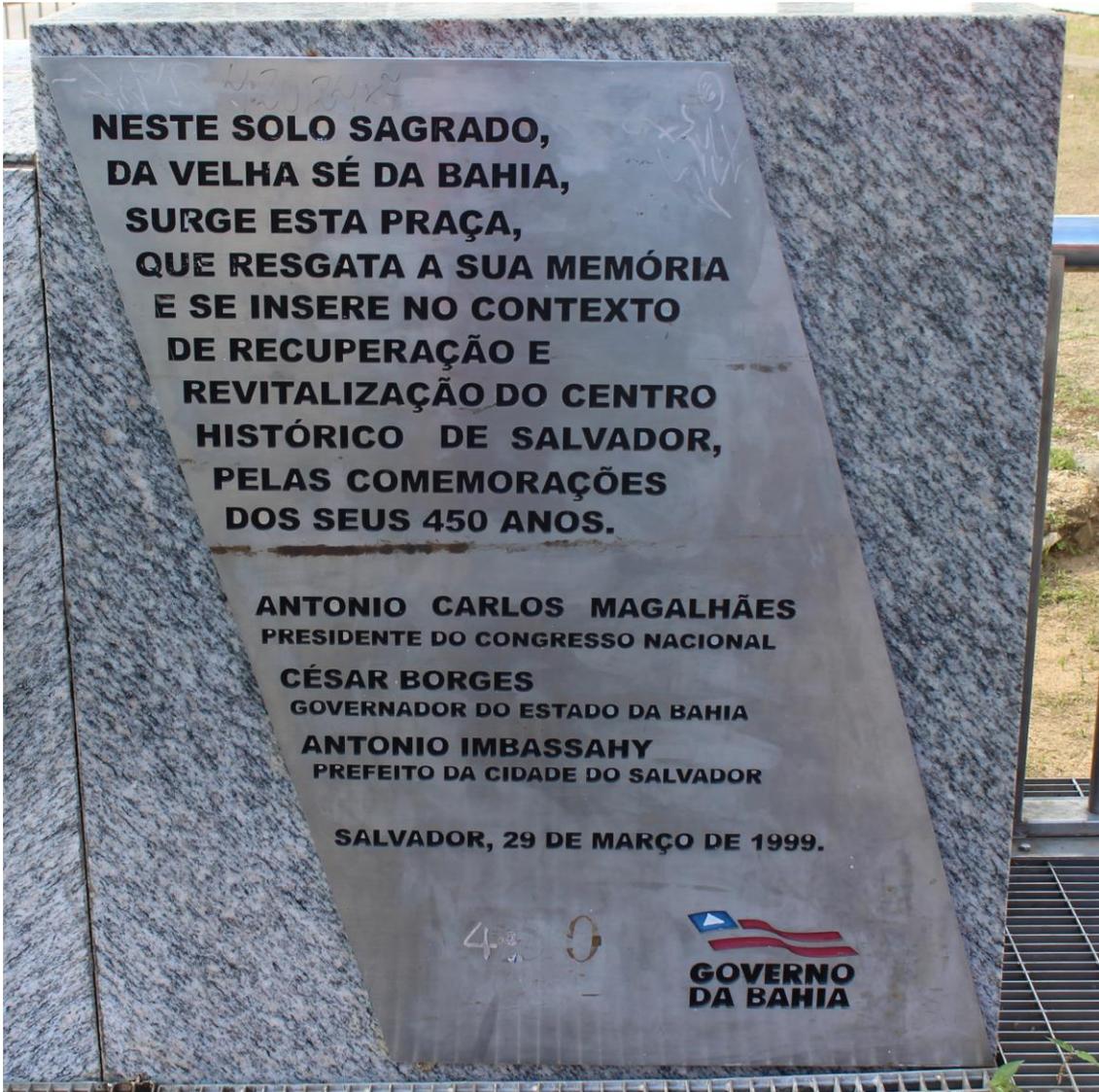
Mesmo com a tentativa de possibilitar a fruição das informações sobre o sítio arqueológico e sua exposição, as placas (recurso utilizado nesse sítio) não se articulam numa ideia de percurso expositivo, que permitiria, por exemplo, que o leitor

pudesse interligar virtualmente os diferentes espaços da igreja. A única informação que talvez permita às pessoas saberem sobre os trabalhos arqueológicos realizados na área é feita por uma placa que está com informações apagadas e localizada na parede do palácio arquiépiscopal, distante das áreas de circulação contínua de pessoas. Conforme figura abaixo:



**Figura 23** - Localização da placa sobre os trabalhos de arqueologia.  
**Foto:** Eliene Lima, 2016.





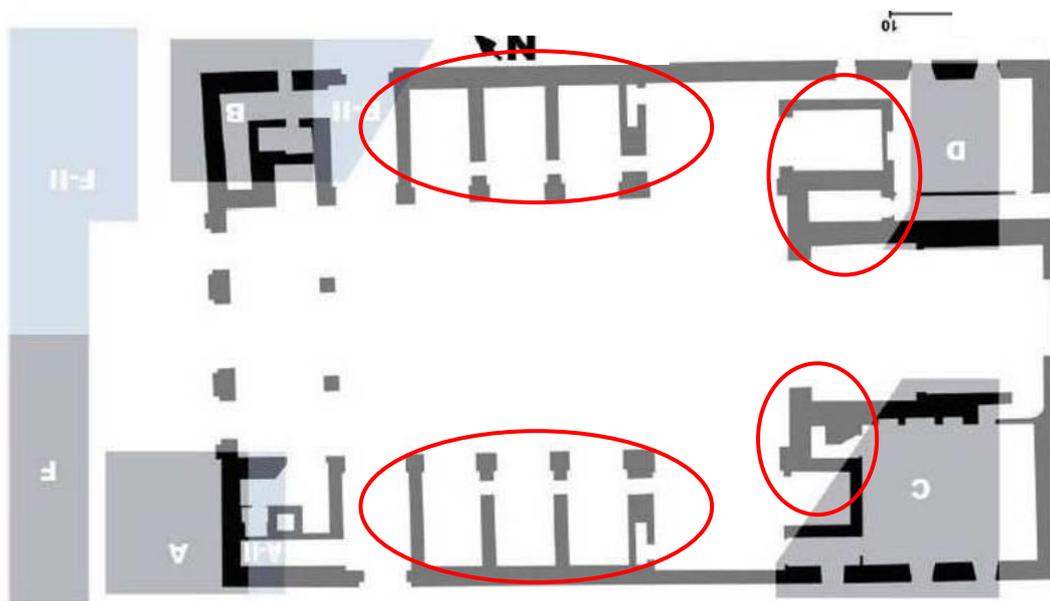
**Figura 25** - Placa de inauguração da Praça da Sé.  
Foto: Eliene Lima, 2016.

Outro elemento usado pela equipe dos arquitetos para complementar a musealização *in situ* dos vestígios arqueológicos das extremidades da antiga Igreja da Sé referem-se a mudança dos tipos e cores dos pisos da praça. Objetivamente, há no piso da praça o desenho da planta da Igreja da Sé, feitas com pisos de granitos, onde pode se ver a distinção dos espaços das capelas laterais e frontais, bem como da nave central e do transepto, que é sinalizada por um piso de pastilhas brancas, hoje bastante encardidas. Tal condição pode observada na imagem a seguir:



**Figura 26** - Foto aérea do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé feita a partir do Edifício Themis.

**Foto:** Eliene Lima, 2016.



**Figura 27** - Planta baixa do pavimento térreo da antiga Igreja da Sé.

**Fonte:** TAVARES, 2005, p. 7.

Ao caminhar pela Praça da Sé tem-se dificuldade de perceber a representação da planta da igreja feita por pisos de tonalidades diferentes nas áreas que não foram

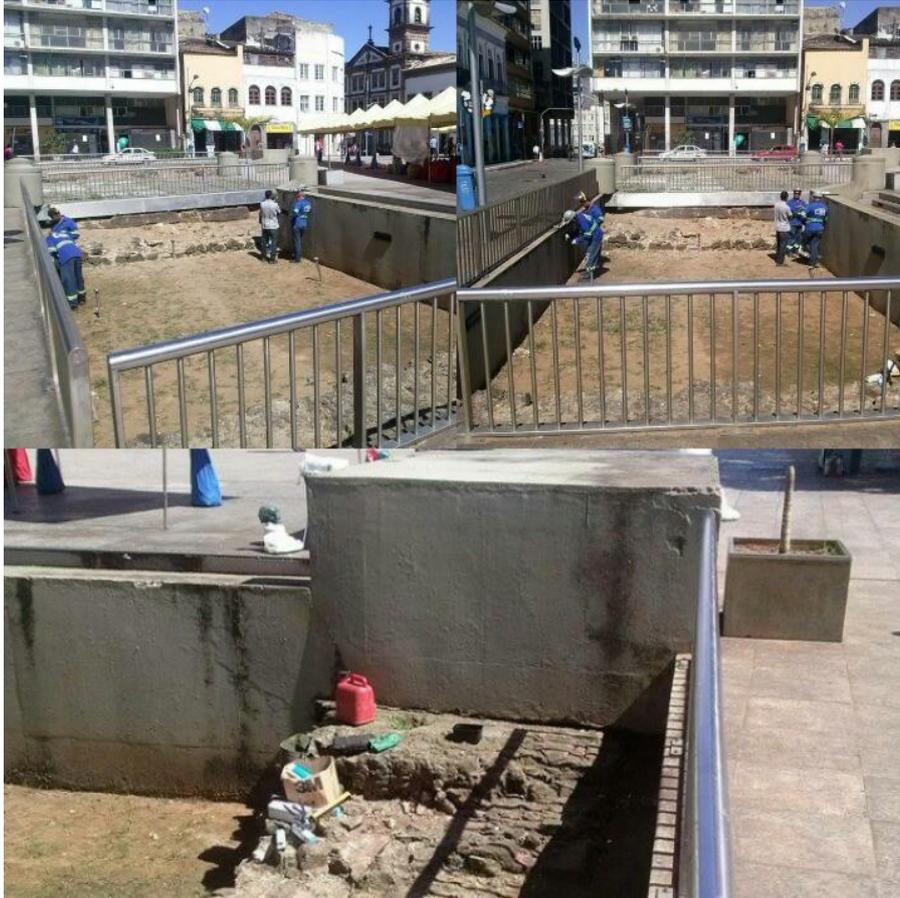
escavadas (capelas laterais) e uma representação do tamanho dos setores C e D que foram escavados (sacristias).

As passarelas de aço inoxidável utilizadas para dar acesso as áreas escavadas e expostas se constituem como recursos para mostrar o percurso expositivo (ver Fig.26).

### **3.4. PRESERVAÇÃO: UM ATRIBUTO DA MUSEALIZAÇÃO**

A limpeza/lavagem do centro histórico de Salvador é feita todos os dias – inclusive nos sábados, domingos e feriados (quando o Pelourinho é mais intensamente frequentado) – por um caminhão pipa da prefeitura, que lança jatos de uma mistura de água e sabão. Observamos que durante esse procedimento essa mistura entra pelas aberturas da grade de aço inoxidável que circula os setores como forma de proteção a esse patrimônio, formando uma espécie de lama, o que depois de seco vai cobrindo os vestígios arqueológicos, favorecendo seu desaparecimento.

As imagens abaixo ilustram a limpeza das aberturas que contém os vestígios alicerçais da antiga igreja, expostos ao ar livre na Praça da Sé. Nessas fotos mostramos a limpeza dos vestígios feita na área que correspondia a sacristia do antigo templo (fundo da igreja). Pudemos observar uma equipe de funcionários da prefeitura realizando esse procedimento; observemos na imagem os vestígios sendo usados como suporte dos materiais de trabalho.



**Figura 28** - Manutenção do sítio da antiga Igreja da Sé no Setor D.  
Foto: Mara Vasconcelos, 2015.

Outro resquício em exposição que podemos relatar refere-se ao trecho do piso da Praça Dona. Isabel, que fica à frente do setor B (ver Fig.7). Os gradis colocados pela equipe de arquitetos favorecem o crescimento de vegetação rasteira, acúmulo de lixo e água das chuvas, escondendo e descaracterizando o que se pretende mostrar.



**Figura 29** - Trecho do piso da Praça Dona Isabel.  
Foto: Tainã Moura, 2015.

### 3.5. USO NO PERÍMETRO DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO

A Praça da Sé, por se configurar como um lugar de destaque e de alta circulação de pessoas na paisagem do centro histórico de Salvador, desperta o interesse de alguns comerciantes ambulantes que veem aquele lugar como espaço ideal para a comercialização de seus produtos.



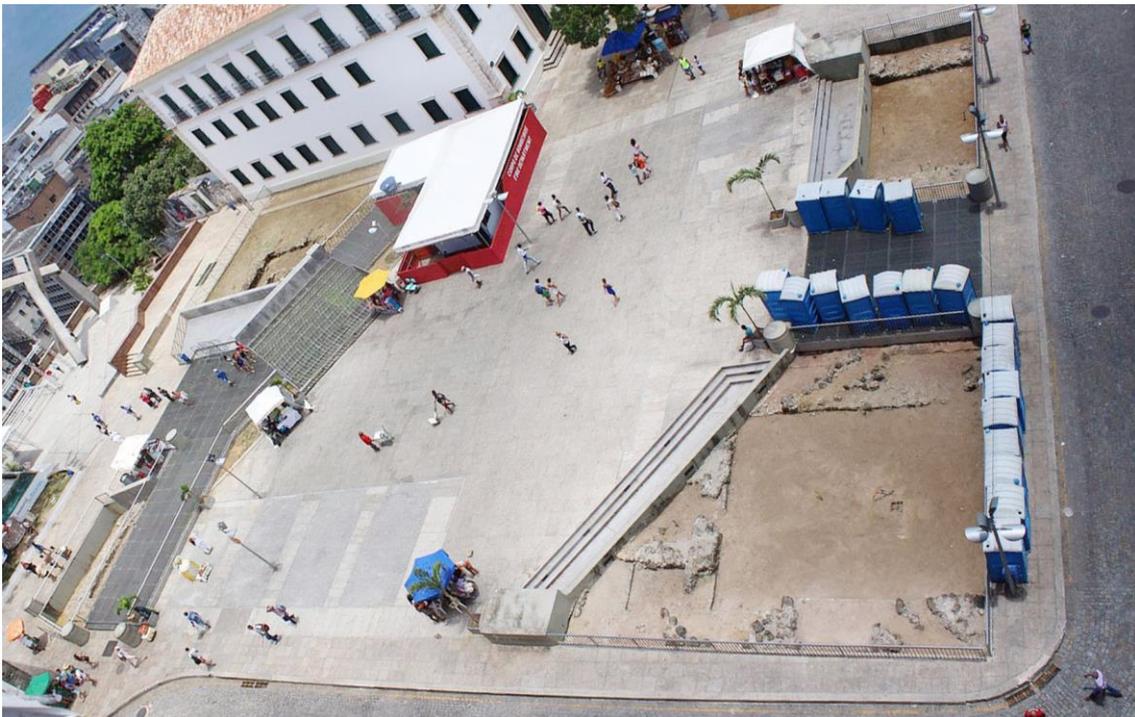
**Figura 30** - Barraca de comida em frente a uma área escavada e exposta.  
**Foto:** Tainã Moura, 2015.

Esses vendedores comercializam produtos alimentícios e têm suas barracas montadas sobre o gradil, numa área não escavada do sítio, mas à frente de uma área escavada e exposta, atrapalhando e desviando os visitantes na compreensão e leitura das estruturas arqueológicas evidenciadas, além de trazer riscos à integridade dos vestígios, permitindo que os resíduos alimentares oriundos da comercialização de seus produtos atraiam bichos como cachorros, gatos, ratos e pombos. Outros casos de comércio e uso desviante dentro do perímetro do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé são encontrados (tais como feiras, baianas de acarajés, quituteiras diversas, instalação de banheiros químicos etc.) o que já denota o descaso da Prefeitura na gestão do patrimônio da cidade. Afirmamos que essa

comercialização em toda a extensão da Praça da Sé dificulta a convivência, permanência e, por consequência, análise do patrimônio arqueológico expostos na área.

Sabemos que essa situação perpassa por outros questionamentos. Não temos aqui a intenção de indicar a proibição do uso comercial dessa área e, sim, de pensar uma solução que favoreça a integridade do patrimônio e o sustento das pessoas.

O carnaval, uma das festas populares que atraem milhares de pessoas para Salvador, com o objetivo de curtir da sua programação de festejos, bailes, marchas e outras manifestações pertinentes a essa época, também leva ao uso desviante do espaço do sítio, devido ao aumento da circulação de pessoas no centro histórico da cidade de Salvador. Nesse período pode-se constatar, sobremaneira, a colocação de banheiros químicos na área de entorno dos setores evidenciados dos alicerces da igreja, especificamente onde estaria o altar-mor. Essa circulação favorece também o uso do sítio arqueológico como depósito de dejetos humanos (fezes e urina) e dos resquícios da limpeza dos banheiros públicos.



**Figura 31** - Banheiros públicos entre áreas escavadas.  
**Foto:** Eliene Lima, 2016.

### 3.6. DISCUSSÃO DOS DADOS

Até aqui apresentamos separadamente os elementos que estão em parte da Praça da Sé e do sítio arqueológico, para atingir o objetivo da pesquisa. Neste sentido, como foi explicado pelo professor Carlos Etchevarne em entrevista, as pedras de granito em diferentes tonalidades usadas na reestruturação da Praça da Sé visavam deixar a área bonita e imponente, a escolha desse material se destaca na paisagem da praça, desfavorecendo o sítio arqueológico, deixando-o em segundo plano.

Primeiro, devemos considerar, que há uma limitação na exposição das estruturas alicerçais, que corresponde a dissociação e distância dos trechos escavados, devido à imposição de áreas para escavação pela equipe do projeto arquitetônico, de forma que a exposição dos alicerces e sua consequente compreensão ficaram prejudicadas. Acreditava-se que deixar as estruturas ao ar livre permitiriam ao público observar os detalhes dos alicerces: o tipo de material construtivo que foi utilizado na edificação da igreja, uma idealização do seu tamanho.

As grades de aço inoxidável colocadas ao redor dos setores escavados permitem, que o público faça essa observação dos vestígios arqueológicos expostos. No entanto, a ausência de informações claras e legíveis sobre o que está sendo exposto impossibilita compreender o contexto de exposição. Os recursos expográficos apontados nessa análise, elementos que poderiam auxiliar na compreensão do sítio arqueológico, não dialogam entre si. A quantidade de placas informativas no perímetro do sítio arqueológico é insuficiente para a dimensão do mesmo.

Um dos recursos que se afigura interessante no projeto arquitetônico da praça é, talvez, aquele de menor percepção da expografia: a representação da planta da igreja feita com pisos de tonalidades diferentes nas áreas não escavadas. Esse recurso expositivo, da forma que está apresentado, é ineficaz, pois para cumprir seu objetivo necessitaria de uma sinalização visível. Fosse perceptível a todos que passam e visitam a área daria uma noção da dimensão do templo religioso. A sua boa sinalização, associada ao fato da praça ser um setor da cidade de alta

circulação de pessoas, auxiliaria a melhor divulgação e compreensão do sítio sem muito esforço. Assim, a expografia cumpriria melhor o seu papel.

Observamos, que a manutenção do sítio, principalmente, nas áreas que estão as passarelas de aço inoxidável, não é feita com assiduidade. Aliado a isto, os gradis, que cumprem exclusivamente função estética na praça, favorecem o acúmulo de lixo, águas das chuvas e crescimento de vegetação, o que deixa a área com aspecto de lugar abandonado, situação que influencia na comunicação do patrimônio ali exposto. Outro ponto a ser destacado sobre as passarelas é que, apesar de aparentarem fixos, são frágeis e balançam, podendo ocasionar acidentes. Assim, a sua contribuição para a compreensão do espaço é negativa.

Como já sabemos, a obra de reestruturação da Praça da Sé se tratou de um elemento comemorativo de natureza política, ou seja, sua idealização foi pensada justamente para comemorar os 450 anos de Salvador e foi bastante veiculado na mídia. A natureza do projeto e a emblematicidade da data, certamente deram repercussão e benefícios a quem estava no poder.

Corroborando da opinião do professor Carlos Etchevarne, essa obra não beneficiou o patrimônio arqueológico da Praça da Sé. O que podemos observar hoje é que a falta de diálogo da Prefeitura com a sociedade, na época da inauguração da praça, resulta no descaso e desconhecimento das pessoas frente a esse patrimônio. Apesar de nesse momento o nosso trabalho não ter feito uma avaliação de público, podemos suscitar a postura da sociedade pelas diversas situações que passamos na ida a campo.

Além disso, acreditamos que o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, por ser a instituição detentora da guarda do espólio da Sé, poderia prover ações educativas, em parceria com a Prefeitura, que levassem a melhor compreensão do sítio in loco e dos acervos móveis encontrados no museu. Trata-se, portanto, de criar laços de coerência entre os espaços históricos e acervos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar o sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé não foi uma tarefa fácil, principalmente, no que diz respeito a entender os bastidores políticos que envolveram a obra de reformulação da Praça da Sé. A falta de acesso ao projeto de reformulação do arquiteto Assis Reis, aos processos de liberação da obra no IPHAN e na Prefeitura de Salvador, impossibilitou uma discussão densa sobre a participação desses órgãos nesse projeto.

As abordagens apresentadas no decorrer desta pesquisa permitem concluir que a musealização *in situ* feita a partir da exposição dos alicerces da antiga Igreja da Sé não cumpre o papel principal desse recurso comunicacional. Isto é, ela não comunica e passa despercebida dentro da Praça da Sé.

A participação da equipe de arqueologia ocorreu de forma limitada dentro desse processo e, inquestionavelmente, comprometeu a utilização do potencial histórico do sítio, pois, se essa equipe tivesse a liberdade de colocar em prática as habilidades pertinentes a sua formação, a musealização certamente teria sido diferente. Trabalhamos aqui no campo das possibilidades, porque não sabemos quanto de recurso financeiro estava disponível para execução dessa etapa no projeto de reestruturação da Praça da Sé.

Concluimos que a Prefeitura de Salvador não faz a manutenção do sítio arqueológico da maneira correta, principalmente, na conservação das poucas placas que o espaço tem, deixando-o com aspecto de abandonado, o que impossibilita a transmissão de informações sobre o que está sendo exposto.

A falta de segurança humana no entorno do sítio permite às pessoas utilizarem como depósito de lixo e, em algumas áreas, como banheiro público, o que afasta a comunidade em geral para o uso educacional e de entretenimento, configurando a então área da Praça da Sé como lugar de passagem e não de convívio social.

Outro fator a se pensar na ineficiência da comunicação do sítio é a sua própria localização. A praça na qual o sítio está inserido é palco de problemas sociais graves, constituindo-se como ponto de prostituição, consumo e vendas de drogas, residência de moradores de ruas e assaltos constantes, afastando as pessoas e fazendo com que elas evitem ficar nesse espaço e apenas passem de forma ligeira pelo sítio arqueológico.

Acreditamos, que o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA, como instituição universitária de pesquisa, educação e entretenimento, aliada a sua condição de detentora de acervos da Sé, diretamente relacionados aos sítios da Praça, deve trazer para si a responsabilidade de induzir um amplo processo de mobilização dos agentes que auxiliem a extroversão associada aos sítios arqueológicos da antiga Igreja da Sé, do Colégio dos Jesuítas e da Praça Dona Isabel. Obviamente, tais ações deveriam ser executadas em parceria obrigatória com a Prefeitura Municipal de Salvador, com o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional e com o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, pelas relações diretas, obrigatórias e necessárias que essas instâncias têm com os sítios. Essa ação permitiria uma aproximação e conexão dos visitantes do museu com o sítio arqueológico, haja vista que a distância geográfica entre eles é muito pequena. Com isso, ganharia o museu, ganharia o patrimônio, ganharia a cidade e, sobretudo, ganharia a sociedade.

Esse trabalho só trará uma contribuição para a sociedade se ele extrapolar os muros da universidade, buscando alcançar os moradores, visitantes e autoridades da cidade de Salvador, na tentativa de sensibilizá-los na gestão e preservação do sítio em questão. Caso isso não aconteça, será apenas mais uma produção acadêmica sobre o estado de abandono e degradação do patrimônio, situação que influencia em uma comunicação ineficaz desse bem.

Finalizando, temos algumas sugestões sobre o futuro do sítio. Enquanto estudante de museologia, acreditamos que é possível reaproveitar o potencial informativo do sítio evocando sua representatividade dentro da malha urbana de Salvador, fazendo intervenções na sua composição, colocando placas novas com informações de fácil compreensão, pensando nos diversos públicos que passam e circulam pelo sítio, colocando vidros nas aberturas com os vestígios arqueológicos, o que garantiria a integridade dos alicerces.

Pesquisar o sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé não se encerra nessa pesquisa de conclusão de curso. Acreditamos que em projetos futuros buscaremos ampliar as discussões sobre a musealização desse patrimônio, para embasar um plano de ação na tentativa de impedir o seu desaparecimento.

## REFERÊNCIAS

BELLAIGUE, Mathilde. Memória, Espaço, Tempo, Poder. Tradução de Tereza Scheiner. In: **Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.87-90, jul./dez. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRUNO, Cristina. Musealização da arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, v. 17, n.17, 1999.

\_\_\_\_\_. Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 31, p. 234-247, 2005.

\_\_\_\_\_. As Futuras Gerações têm direito à Herança Arqueológica? Premissas e desafios dos processos de musealização. In: MACHADO, Gerson; SOUZA, Flávia Cristina Antunes de; STEINBACH, Judith (Org.). **Educação Patrimonial e Arqueologia Pública** - experiências e desafios. 1ed. Itajaí: Casa Aberta Editora, 2013, v. 1, p. 21-39.

\_\_\_\_\_. Musealização da Arqueologia: caminhos percorridos. **Revista de Arqueologia**. São Paulo, v. 26, n.2, v.27, n.1, p.4-15. 2013/2014. Disponível em: <<http://revista.sabnet.com.br/index.php/revista-de-arqueologia/article/view/17/16>>. Acesso em: nov./2015.

\_\_\_\_\_. Principais Campos da Ação Museológica. In: SEMINÁRIO CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Museus e Exposições no Século XXI: Vetores e Desafios Contemporâneos**. 2004, São Paulo. (Comunicação). Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/principais-campos-de-acao-museologica.html>>. Acesso em: dez./2015.

CARTA de Lausanne (1990). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>>. Acesso dez./2015.

CARTA de Nova Delhi (1956). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nova%20Dheli%201956.pdf>. Acesso em: dez./2015.

CARTA de Veneza (1964). Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: dez./2015.

COSTA, Carlos Alberto Santos. Os velhos e os novos patrimônios: acerca do processo de remodelação da Praça da Sé de Salvador-BA e os patrimônios arqueológico, arquitetônico e social. **MNEME – Revista de Humanidades** [Dossiê Cultura, Tradição e Patrimônio Imaterial]. Caiacó, v. 7, n. 18, p. 363-394, out./nov. de 2005.

\_\_\_\_\_. Materiais construtivos do sítio da primeira catedral do Brasil: modelo de estudo para telhas, tijolos, cravos e azulejos aplicados aos matérias do sítio da antiga Igreja da Sé, Salvador, Bahia. **Clio Arqueológica**. Recife, n. 19, p. 43-78, 2005.

\_\_\_\_\_. A Sé primacial do Brasil: uma perspectiva histórica – arqueológica. **Revista de História da Arte e Arqueologia**. Campinas, v. 1, p. 51-82, 2011.

\_\_\_\_\_. O retrato do abandono – a Praça da Sé de Salvador, Bahia. **Revista Museu**. Disponível em:  
<<http://www.revistamuseu.com.br//emfoco/emfoco.asp?id=37814>>. Acesso em: jan./2016.

CURY, Marília Xavier. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005. 160p.

\_\_\_\_\_. **Comunicação museológica** – Uma perspectiva teórica e metodológica de recepção para os museus. 2005. 366 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes e Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (dir.). **Conceitos - chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, Pinacoteca do Estado, Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

ETCHEVARNE, Carlos; PALERMO NETO, Francesco; SOUSA, Ana. **Relatório da primeira etapa do plano de intervenção arqueológica** (Julho de 1998 a Março de 1999). Salvador: MAE/UFBA, 1999 (texto digitado).

\_\_\_\_\_. **Sítio Antiga Igreja da Sé e Sítio Pátio dos Estudos Gerais** – Antigo Colégio dos Jesuítas – Relatório final da segunda etapa do plano de intervenção arqueológica (julho de 2000/ janeiro de 2001). Salvador: MAE/ UFBA, p.106, 2001 (texto digitado).

FRANCO, Maria Ignez Mantovani. Planejamento e organização de exposições (Parte II). In: 3º FÓRUM NACIONAL DE MUSEUS. 2008, Florianópolis. (Comunicação). Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/difusaocultural/admin/artigos/arquivos/Planejamentoeorganizacaodeexposicoes2.pdf>>. Acesso em: nov./2015.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação (1990). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2011, p.203-210.

\_\_\_\_\_. Alguns aspectos do patrimônio cultural: o patrimônio industrial (1983/85). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2011, p.147-159.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M.. Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema. **SIAM. Series Iberoamericanas de Museología**. Madri, v.7. p. 203-213. Disponível em:

<[https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11607/57448\\_16.pdf?sequence=1](https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/10486/11607/57448_16.pdf?sequence=1)>. Acesso em: nov./2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Ciências & Letras**. Educação e Patrimônio Histórico-Cultural. Porto Alegre, n. 27, p.91-101, jan.-jun./2000.

NASCIMENTO, Rosana. O objeto museal como objeto de conhecimento. **Caderno de Sociomuseologia**. Lisboa, v. 3., n. 3., p. 7-29, 1994.

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, v. 10., p. 7-28, dez./1993. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: nov./2015.

PASSOS, Antônio Marcos de Oliveira. **Bordejos, tensão e Resistências: a patrimonialização do Saveiro Sombra de Lua**. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PERES, Fernando da Rocha. **Memória da Sé**. 2. ed. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado, 1999. 255 p.

\_\_\_\_\_. **Memória da Sé**. 3.ed. (rev. e ampl.). Salvador: Editora Corrupio/Petrobrás, 2009. 280 p.

RAPOSO, Luís. Benefícios e custos da musealização arqueológica in Situ. **Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses**. Lisboa, V.55, p. 159-165, 2003.

ROQUE, Maria Isabel Rocha. **A comunicação no Museu**. 1989/90. 111 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio Artístico) – Universidade Lusíada, Lisboa, 1989/1990.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 11. ed. Salvador: EDUFBA/UNESP, 2008, 546 p.

TAVARES, Aurea Conceição Pereira. **Vestígios materiais nos enterramentos na antiga Sé de Salvador: postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista**. 2006, 124 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas: Departamento de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Coleção Reconquista do Brasil, v. 221. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda., 2000. 302 p.

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UFBA. Disponível em: <http://www.mae.ufba.br/>. Acessado em dez./2015.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A – Entrevista concedida à pesquisadora pelo Professor Dr. Carlos Alberto Etchevarne.

Local da entrevista: Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA (MAE/UFBA)

Data: 9 dezembro de 2015

### ENTREVISTA

#### 1. O que motivou a escavação da Antiga Igreja da Sé?

**Resposta:** Na verdade há um pequeno histórico a ser considerado, antes de iniciar os trabalhos de reestruturação da Praça da Sé na administração do prefeito Imbassahy no ano de 1998. Aproximadamente no ano de 1993, passando pela Praça da Sé eu observei que havia uns trabalhadores fazendo uns buracos grandes para instalação de banheiro público. Eu me aproximei e como já sabia que existia antigamente neste local uma igreja notei que aparecia estruturas e muitos fragmentos de esqueletos humanos então imediatamente comuniquei ao IPHAN, e eles embargaram a obra.

Frente a tudo isso, eu fiquei convencido que era interessante fazer um trabalho nesta área para conseguir identificar as estruturas que ficaram da antiga igreja e algum tipo de material.

Diante desse embargo eu tentei via prefeitura (acredito que era Lídice da Mata a prefeita), que não teve condições de financiar um projeto para realizar as escavações.

Então quando se iniciou na mídia a divulgação da reestruturação da Praça da Sé para comemorar os 450 anos de Salvador, eu fui falar com o prefeito e o secretário de planejamento (que era o arquiteto Manoel Lorenzo) para fazer esse trabalho de arqueologia e ele se interessou, pois assim teria uma conotação diferente do que seria feito.

Esse projeto de reestruturação estava a cargo de um arquiteto Francisco Assis, que no início ficou reticente a participação da arqueologia nessa reestruturação, mas depois aceitou.

Como arqueólogo tinha um projeto para tentar ver a identificação da igreja, adro, quinas, capelas laterais e altar mor e fachada, somente isso. No entanto, o

adro, parte que antecede à igreja, foi usado durante muitos séculos como lugar de descarte de demolição, de restos alimentares, de louças, lixo, até porque não existia a coleta do lixo urbano, durante o período colonial.

O IPHAN, órgão que protege o material e os sítios arqueológicos, exigiu da prefeitura municipal que a arqueologia participasse previamente a qualquer modificação da área e isso ampliou o projeto inicial que era limitado apenas as estruturas subjacentes da igreja e então passou a ser um amplo projeto de escavação na Praça da Sé no que compreendia a igreja, adro e os quarteirões oitocentistas, reunindo mais de 75 pessoas trabalhando entre arqueólogo, trabalhadores de campo, bolsistas da UFBA e outros profissionais.

Na verdade foi um interesse da minha parte e de parte de alguns administradores da cidade de Salvador. Essa obra foi bem noticiada na mídia e todos os dias chegavam pessoas querendo saber o que era aquilo, fazendo fotos e nós sempre respondemos bem e explicando o que trabalho estava revelando.

Esse trabalho de arqueologia atrelado ao projeto de reestruturação da área trouxe uma notoriedade para a arqueologia, pois a cidade de Salvador percebeu que se pode fazer arqueologia na cidade e que ela pode trabalhar com aspectos simples e trazer grandes resultados interpretativos com caráter social substanciais.

Outro fator positivo é que muitos materiais que saíram das escavações foram utilizando para fazer mestrados e doutorados em vários lugares do Brasil e exterior, além do que foi motivo de palestras e comunicações em eventos, congressos nacionais e internacionais. A nossa participação nesse trabalho de arqueologia urbana permitiu que os alunos da universidade aproveitassem e contribuísse em suas formações.

## **2. O poder público interferiu nos trabalhos de escavação?**

**Resposta:** Em parte sim, porque na verdade não era um trabalho de arqueologia stricto sensu, era um trabalho que se iniciou na transformação da cidade, havia um projeto arquitetônico a ser realizado e o trabalho da arqueologia ficou atrelado a esse projeto arquitetônico.

Mas especificamente porque havia uma data para ser terminado que era a inauguração da Praça que coincidiu com a data de fundação da cidade de Salvador.

Em um momento determinado, estávamos escavando a área cemiterial e não conseguíamos parar de encontrar esqueletos e o esqueleto é um material muito

difícil e demorado de ser retirado. A escavação era difícil e o tempo curto, havendo muita pressão por parte das empreiteiras que precisavam cumprir seus cronogramas, por parte dos políticos e pelo próprio prefeito de Salvador, Imbassahy, que ia toda semana ao quarteirão da escavação para ver como estavam as coisas. O mesmo pode se dizer do secretário de planejamento, que também ia fiscalizar a obra.

**3. Como foi a participação da equipe que você coordenava no que diz respeito ao sítio pós escavação?**

**Resposta:** o trabalho de acondicionamento e a documentação de todos os materiais coletados foi feito pela minha equipe. Juntos elaboramos uma exposição no MAE / UFBA que durou mais de 1 ano e meio. Criamos 2 folders para as exposições e convidamos às escolas para visitarem essa exposição o que trouxe um público estudantil numericamente alto.

**4. Sobre a exposição dos alicerces da igreja, a sua equipe participou dessa etapa? De que maneira?**

**Resposta:** participamos de maneira bastante limitada, em muitas vezes no decorrer do projeto tivemos algumas tensões com o arquiteto que até quis entrar com um processo contra a prefeitura dizendo que o projeto dele foi alterado e que ele deveria ser consultado.

Nessa parte de mostrar as estruturas físicas tivemos pouca intervenção com os vestígios arqueológicos, por terem ficado dissociados do conjunto de alicerces, houve necessidade de placas ilustrativas e com textos para situar os visitantes. As placas informativas com a seleção de fotografias ficou a nosso cargo, fiz questão de fazer todos os textos com a seleção de fotografias e plantas explicando cada parte da igreja.

**5. Na sua opinião o que se pretendia passar de informação deixando os alicerces em evidência?**

**Resposta:** No projeto da prefeitura de Salvador o objetivo era retomar o brilho do período colonial, uma questão simbólica, podemos perceber isso com o tipo de pedra que foi usado, o investimento foi pesado e evidenciar os alicerces de um monumento contribuía para esse objetivo.

**6. Na sua opinião, a comunidade / sociedade em geral reconhece aquele espaço como seu? E reconhece seu valor histórico?**

**Resposta:** as pessoas não reconhecem, nem sabem que antes de 1933 quando foi demolida a igreja não existia Praça da Sé, se a prefeitura de Salvador tivesse preparado a população para isso, talvez esse reconhecimento acontecesse. Nós não somos educados para cuidar de nossas praças, monumentos, fontes.

**7. Na sua opinião, o que pode ser feito para evitar a degradação e abandono do sítio arqueológico da antiga Igreja da Sé?**

**Resposta:** hoje diria que a melhor coisa seria enterrar, cobrindo novamente, os alicerces. Não faz sentido mostrar o sítio dessa maneira sujo parecendo mas uma área de depósito de lixo.

**8. Como o senhor enxerga o sítio arqueológico hoje?**

**Resposta:** fico triste, decepcionado todas as vezes que passo pela Praça da Sé. Confesso que às vezes evito passar por lá para não me deparar com esse espetáculo de degradação.

**9. O senhor considera essa obra de evidenciar os alicerces da antiga Igreja da Sé, uma musealização de vestígios arqueológicos *in situ*?**

**Resposta:** Sim considero, mas o projeto do arquiteto não beneficiou absolutamente o interessante patrimônio arqueológico da antiga Igreja da Sé.